

Rocha, Emerson Ferreira

Working Paper

Três padrões de trabalho juvenil: Um estudo com metodologia mista sobre o trabalho em idades inferiores aos 18 anos no Brasil

Texto para Discussão, No. 2295

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Rocha, Emerson Ferreira (2017) : Três padrões de trabalho juvenil: Um estudo com metodologia mista sobre o trabalho em idades inferiores aos 18 anos no Brasil, Texto para Discussão, No. 2295, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/177511>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

2295

**TRÊS PADRÕES DE TRABALHO JUVENIL:
UM ESTUDO COM METODOLOGIA
MISTA SOBRE O TRABALHO EM IDADES
INFERIORES AOS 18 ANOS NO BRASIL**

Emerson Ferreira Rocha

TEXTO PARA DISCUSSÃO



TRÊS PADRÕES DE TRABALHO JUVENIL: UM ESTUDO COM METODOLOGIA MISTA SOBRE O TRABALHO EM IDADES INFERIORES AOS 18 ANOS NO BRASIL

Emerson Ferreira Rocha¹

1. Professor adjunto na Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador visitante no Ipea.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira

ipea

**Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional, Substituto

Carlos Roberto Paiva da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

João Alberto De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2017

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 REVISÃO	8
3 METODOLOGIA E DADOS	14
4 RESULTADOS	22
5 DISCUSSÃO	43
6 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE A	50
APÊNDICE B	53

SINOPSE

Este texto aborda diferentes padrões de trabalho juvenil no Brasil, propondo uma tipologia baseada em análise de dados quantitativos e qualitativos. No primeiro momento, são estabelecidas quatro categorias de trabalho juvenil, com base na idade em que as pessoas começaram a trabalhar e na extensão das jornadas nesse primeiro trabalho. Através da aplicação de regressões lineares, mostra-se que o trabalho juvenil está associado a menores níveis de renda do trabalho durante a vida adulta – exceto pelo trabalho na adolescência –, em regimes de até vinte horas semanais. Por meio da análise de conteúdo de dados qualitativos, com suporte na aplicação do método Reinert, revela-se que essa última categoria de trabalho juvenil está também associada a uma orientação pedagógica, objetivando-se uma boa articulação entre trajetória escolar e transição para o mundo do trabalho. A análise de conteúdo também indica que, em alguns casos, o trabalho durante a infância; embora prejudicial ao desempenho escolar e econômico, ocorre em contextos de cuidado afetivo na família, diferença que precisa ser levada em conta para fins de desenho de políticas públicas. Os dados quantitativos utilizados são da pesquisa Aspectos Sociais da Desigualdade do Instituto do Milênio, em 2008. Os dados qualitativos provêm da pesquisa *Radiografia do Brasil Contemporâneo* (RBC) do Ipea (2016).

Palavras-chave: trabalho juvenil; trabalho infantil; trabalho na adolescência; renda; educação.

ABSTRACT

This paper addresses different patterns of early work in Brazil, proposing a typology based both in quantitative and qualitative data. We first distinguish four categories of early work in the basis of age started to work and hours worked weekly. Applying linear regressions to quantitative data, we find that early work is statistically associated with lower levels of income during adulthood, except for those who worked during adolescence for up to 20 hours a week. With content analysis supported by the Reinert Method, we find that this last category of early work is also associated with a pedagogical orientation attempting to edges off school to work transitions. The content analysis also indicates that, in some cases, the work during childhood, although detrimental for educational and economical achievement, takes place in a caring familiar environment, a difference that may be relevant for the aim of public policies design. The quantitative data is from

a Brazilian national survey: Pesquisa sobre Aspectos Sociais da Desigualdade – Instituto do Milênio, 2008. The qualitative data is from the project Radiografia do Brasil Contemporâneo, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

Keywords: early-work; child labor; adolescent employment; income; education.

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX, o trabalho juvenil, enquanto matéria de política pública, passou por mudança importante. No primeiro momento, no rastro da revolução industrial, essa prática foi percebida como problema dos países centrais, dada a contratação da mão de obra de crianças e adolescentes em suas manufaturas. Ao mesmo tempo em que esses países – ao longo do século passado – procuraram erradicar o emprego da mão de obra de pessoas de menor idade, voltou-se o olhar para a exploração do trabalho infantil em países menos afluentes.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) – principal suporte dos esforços de ação articulada, em nível mundial, sobre essa matéria – tem como alvo de sua atuação formas danosas de exploração do trabalho juvenil, diferenciando-as de atividades mais leves, com possível função pedagógica e de integração social (ILO, 2004). Como será visto na próxima seção deste estudo, a literatura científica sobre o tema sustenta essa distinção, havendo estudos – concentrados em países mais economicamente desenvolvidos – que apontam para modalidades de trabalho juvenil associadas a estratégias bem-sucedidas de transição entre escola e trabalho.

Percebe-se, portanto, uma relação entre trabalho juvenil e desenvolvimento econômico e social. Em regiões pouco desenvolvidas, a exploração do trabalho juvenil surge como estratégia de famílias pauperizadas para obterem renda complementar, em prejuízo da proteção física e moral das crianças, assim como das suas possibilidades de realização socioeconômica durante a vida adulta. Em regiões mais desenvolvidas, não só esse tipo de exploração é bem menos comum, também são desenvolvidas práticas de trabalho juvenil voltadas não apenas para a obtenção de pequenas rendas complementares, mas também para estratégias de planificação das trajetórias de vida; estratégias que articulam os ambientes institucionais da escola e do mundo do trabalho.

Como o Brasil se situa nesse cenário? Dado seu padrão desigual de desenvolvimento econômico e social, este país se reconhece institucionalmente na tarefa de erradicar a exploração do trabalho juvenil. Admite, portanto, que esse tipo de exploração é uma realidade. Realidade que, de fato, o trabalho de pesquisadores atesta. Por sua vez, contudo, dado esse padrão desigual de desenvolvimento, não é pertinente indagar se, no Brasil, existem também outras modalidades de trabalho juvenil? Não haveria aqui

aquelas situações que pesquisas têm revelado existir em países mais avançados, em que o trabalho juvenil não se opõe a relações de cuidado afetivo e conta com racionalidade de longo prazo? Se o Brasil é um país de grandes fraturas em termos socioeconômicos, a prática do trabalho juvenil pode estar também distribuída por diversos contextos sociais, assumindo diferentes configurações. Este texto explora, empiricamente, essas questões.

No que se segue, encontra-se uma revisão da produção científica internacional sobre trabalho juvenil. A revisão não é rigorosamente exaustiva, mas mapeia as principais questões substantivas e metodológicas na pesquisa sobre o tema, de modo a enunciar quatro hipóteses diretivas para este estudo. A terceira seção expõe os dados e os métodos utilizados. Dê-se atenção ao fato de que são mobilizados aqui dados tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa, sendo os primeiros submetidos a tabulações e técnicas básicas de regressão e os segundos, à análise de conteúdo amparada por estatística textual. A quarta seção apresenta os resultados de maneira pormenorizada, tendo-se em vista as hipóteses aventadas, e apresenta um resumo dos principais achados. A quinta parte discute os resultados de maneira mais teórica e sintética, destacando suas implicações para políticas públicas. Finalmente, a conclusão aborda o que esse trabalho tem a dizer sobre as questões mais gerais levantadas nesta introdução, no que tange às diferentes configurações de trabalho juvenil no Brasil.

2 REVISÃO

No contexto de estudos quantitativos, a percepção do trabalho juvenil como prática prejudicial associada à reprodução da pobreza geralmente é formalizada em termos de uma teoria do capital humano, motivada pela correlação existente entre essa prática e menores níveis de educação formal (Boozer e Suri, 2001; Edmonds e Pavcnik, 2005). Em geral, tais estudos se concentram em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e oferecem evidências consistentes de que o trabalho juvenil está associado a baixa escolarização, a menor desempenho medido por notas em testes e a maiores taxas de evasão escolar (Gunnarsson, Orazem e Sánchez, 2006; Heady, 2003; Kruger, Soares e Berthelon, 2007; Patrinos e Psacharopoulos, 1997; Psacharopoulos, 1997). A teoria do capital humano interpreta o trabalho juvenil como estratégia não prospectiva adotada por famílias em situação de escassez econômica (Akabayashi e Psacharopoulos, 1999; Gunnarsson, Orazem e Sánchez, 2006; Ravallion e Wodon, 2000). Nessa estratégia, as famílias enviam as crianças e os adolescentes ao mercado de trabalho para

obterem renda complementar no curto prazo, sacrificando o investimento de longo prazo na aquisição de capital humano ou simplesmente inobservando a importância desse investimento.

Difícilmente, os estudos baseados na teoria do capital humano dispõem de informações adequadas para abordarem a construção desse tipo de estratégia pelas famílias. Em geral, os autores assumem essas orientações subjetivas como a explicação razoável para as conexões observadas entre trabalho juvenil e menores níveis de educação formal. Alguns estudos, contudo, procuram abordar de modo mais aproximado – no nível operacional – essas motivações, oferecendo suporte mais robusto à hipótese do trabalho juvenil enquanto estratégia não prospectiva. Tais estudos mostram que aumentos de demanda por mão de obra desqualificada em mercados de trabalho locais são seguidos por maiores taxas de evasão escolar (Dillon, 2013; Kruger, Soares e Berthelon, 2007; Kruger, 2003). Evidencia-se assim que famílias mais pobres parecem mesmo inclinadas a sacrificar a formação de capital humano diante da oportunidade de obter renda complementar no curto prazo, mediante o trabalho juvenil.

De maneira geral, as teorias do capital humano levam em consideração não apenas a dimensão da escolaridade, mas também a da experiência laboral. Nos estudos sobre trabalho juvenil, a introdução da dimensão da experiência levanta a expectativa de que essa prática possa ter tanto contras quanto prós. Basicamente, os autores consideram ainda que o trabalho juvenil tenha impactos negativos sobre a renda durante a vida adulta, mediante o rebaixamento dos níveis de educação formal. Contudo, ao aumentar os níveis de experiência laboral, o trabalho juvenil poderia também ter associação parcial positiva com os rendimentos na maioridade (Beegle, Dehejia e Gatti, 2004; Emerson e Souza, 2002; 2011). Com efeito, um estudo com dados de pesquisa longitudinal no Vietnã mostra correlação positiva entre trabalho juvenil e renda na maioridade, descontadas as desvantagens associadas aos menores níveis de escolaridade dos que trabalharam durante a juventude (Beegle, Dehejia e Gatti, 2004). Esses estudos colocam como possibilidade a existência de racionalidade de longo prazo no trabalho juvenil. As famílias poderiam não apenas estar sacrificando a escolaridade em nome de renda complementar no curto prazo, mas também estar investindo na aquisição de um gênero específico de capital: a experiência laboral.

Emerson e Souza (2002) abordam essa questão no Brasil usando dados de 1982 e 1996, identificando uma relação negativa entre trabalho juvenil e renda durante a vida

adulta, tanto através do rebaixamento educacional quanto independentemente desse rebaixamento. Os autores aplicam duas especificações de regressão linear aos dados. A primeira explica a renda na vida adulta de acordo com a idade em que as pessoas começaram a trabalhar, além de controles por fatores demográficos. Já a segunda especificação inclui também os anos de estudo concluídos por cada indivíduo. No primeiro caso, a coeficiente associado à idade em que se iniciou a trabalhar mede não apenas a relação “direta”¹ entre trabalho juvenil e renda, mas também a parte dessa relação que é mediada pelas perdas educacionais daqueles que trabalharam precocemente. Tecnicamente, esse coeficiente é enviesado pela omissão de indicador de realização educacional. Já com a inclusão da variável anos de estudo na segunda especificação, o coeficiente associado à idade em que se começou a trabalhar passaria a medir a relação mais direta entre trabalho juvenil e renda durante a vida adulta. A hipótese do estudo é de que essa relação seria positiva, devido aos maiores níveis de experiência laboral por parte daqueles que trabalharam já antes dos 18 anos de idade. Contudo, como na segunda especificação se identificou ainda associação negativa entre trabalho juvenil e rendimentos durante a vida adulta, os autores concluem pela rejeição da hipótese.

A segunda abordagem teórica sobre trabalho juvenil é a do curso de vida. Trata-se de perspectiva centrada em transições significativas na vida das pessoas, desenvolvida tanto na psicologia social quanto na sociologia, estando os estudos no âmbito desta última mais voltados para as circunstâncias ecológicas e institucionais dessas transições (Shanahan e Porfelli, 2002). Basicamente, as pesquisas sobre trabalho juvenil orientadas pela teoria do curso de vida o consideram como um aspecto da transição para a vida adulta. Em vez de começarem pela articulação de hipóteses sobre determinada relação entre trabalho juvenil e formação de capital humano, essas pesquisas investigam os diferentes modos pelos quais o trabalho juvenil pode integrar o curso de vida das pessoas e, desse modo, impactar sobre decisões relativas à escolarização e ao mundo do trabalho. Boa parte das discussões são movidas pela intenção de explicar como – em certas circunstâncias – o trabalho juvenil se associa com melhores, e não piores, níveis de educação formal e rendimento durante a vida adulta. Com efeito, há evidências consistentes de que o trabalho

1. O termo “direta” é usado entre aspas porque não se pode afirmar com segurança que não existam outros fatores de mediação relevantes, porém não especificados no modelo. Essa é a situação mais comum em estudos correlacionais na área das ciências humanas. Dificilmente se dispõem de informações suficientes para um modelo aproximadamente exaustivo. Muito a propósito, no estudo em questão, essa relação “direta” é tentativamente interpretada em termos de um fator de mediação: a aquisição de experiência laboral.

juvenil em regime de tempo parcial durante o ensino médio está associado a maiores probabilidades de ingresso e conclusão do nível superior de ensino (Staff e Mortimer, 2007; Warren, 2002).

Como se pode notar, se comparadas à teoria do capital humano, as discussões sobre curso de vida oferecem abordagem mais abrangente sobre o trabalho juvenil. Essas discussões consideram possível racionalidade de longo prazo nessa prática, para além do simples investimento na aquisição de experiência laboral. Estas enunciam que o trabalho juvenil pode integrar um padrão de organização da vida, no qual princípios como disciplina e alocação eficiente do tempo podem ser reforçados. Nesse sentido, autores argumentam diretamente contra a suposição – assumida pelas teorias do capital humano – de que o tempo alocado para o trabalho juvenil é necessariamente retirado de atividades relacionadas à vida escolar. Afirma-se que esse tempo não apenas seria retirado das atividades escolares, mas também de práticas de lazer ou do tempo livre de maneira geral (Warren e Lee, 2003; Zimmer-Gembeck e Mortimer, 2006). Assim, embora necessariamente se reduza o tempo livre disponível para atividades estritamente escolares, o trabalho juvenil poderia ainda estar associado ao amplo investimento educacional, em uma rotina altamente disciplinada de alocação do uso do tempo. Isso explicaria porque, em alguns casos, o trabalho juvenil em tempo parcial estaria correlacionado a maiores, e não a menores, níveis de realização educacional (Heckhausen e Tomasik, 2002; Staff e Mortimer, 2007; Warren, 2002).²

Uma perspectiva teórica ainda mais abrangente sobre o trabalho juvenil considera que variações culturais também são importantes para a compreensão das diferentes

2. Em termos operacionais, os teóricos do curso de vida recorrem preferencialmente a informações sobre o uso do tempo. Esse tipo de informação é importante para abordar mais diretamente a hipótese de que o trabalho juvenil pode integrar um padrão altamente racionalizado de organização da vida. Alternativamente, a teoria do curso de vida pode também ser operacionalizada a partir de distinção entre trabalho juvenil em tempo parcial e trabalho juvenil em tempo integral, assim como pela diferenciação entre trabalho durante a infância e trabalho durante a adolescência. Os estudos sobre curso de vida têm consistentemente apontado para o trabalho em até vinte horas semanais, na fase da adolescência, como aquele positivamente correlacionado com a realização educacional e a renda durante a vida adulta. Assume-se assim que o trabalho em regime parcial durante a adolescência é compatível com um padrão geral de alocação do uso do tempo, que enfatiza a *performance* escolar e suas consequências de longo prazo. Já o trabalho em regime integral, sobretudo durante a infância, estaria mais dificilmente inserido nesse tipo de organização da vida. Com base nessa suposição empiricamente informada, o estudioso que não disponha de informações sobre o uso do tempo pode investigar se há relação entre o trabalho parcial durante a adolescência e maiores níveis de educação e renda durante a vida adulta, e se, ao mesmo tempo, uma relação negativa se confirma em se tratando de trabalho juvenil em tempo integral. Admitindo-se essas relações, os resultados serão consistentes com os que vêm sendo encontrados no âmbito das pesquisas orientadas pela teoria do curso de vida.

modalidades dessa prática. É pertinente denominá-la de abordagem adaptativa. O que torna essa abordagem mais abrangente é o fato de esta reconhecer as modalidades de trabalho infantil enfatizadas tanto pelos teóricos do capital humano quanto pelos do curso de vida. A abordagem chama atenção, ainda, para a necessidade de que os estudos sobre o tema identifiquem diferentes padrões de trabalho juvenil, de acordo com o contexto econômico e cultural das famílias. Por um lado, essa abordagem reconhece que famílias com baixa renda utilizam diferentes recursos para lidar com a escassez econômica, entre os quais o trabalho juvenil (Prawitz, Kalkowski e Cohart, 2013). Por outro lado, esses estudos também consideram que as concepções que orientam as relações de cuidado nas famílias, assim como as formas de transição para a vida adulta, variam ao longo do tempo e das regiões, condicionando diferentes padrões de trabalho juvenil (Myers, 2013).

É verdade que os estudos sobre trabalho juvenil e curso de vida reconhecem também esse último fato. Contudo, estes tendem a se restringir a um contexto econômico e cultural específico. Com efeito, os autores orientados pela abordagem do curso de vida tendem a privilegiar os países centrais e segmentos de classes trabalhadoras e médias, em vez de contextos de pobreza. Há, assim, abordagem privilegiada de contexto econômico e cultural específico, marcado por racionalidade de médio e longo prazo na transição para a vida adulta. A abordagem adaptativa, por sua vez, procura abrir um horizonte mais amplo sobre as diferentes realidades do trabalho juvenil e considera a possibilidade de que – até mesmo em contextos de escassez econômica – o trabalho juvenil não somente constitua exclusivamente fonte de renda complementar, mas também envolva concepções particulares de cuidado e organização da vida (Biasoli-Alves, 1997; Edmonds e Pavcnik, 2005).

Que seja bem dito: não se trata, nesses estudos, de relativizar a existência de práticas iníquas de exploração do trabalho juvenil associadas à condição de pobreza e, sobretudo, de pobreza extrema. Trata-se de considerar que a prática desse trabalho pode estar inserida em estratégias adaptativas mais sofisticadas, como a de transição relativamente mais rápida para a independência econômica, em casos em que o investimento de longo prazo em altos níveis de escolarização formal é pouco factível (Bazon, 2000; Biasoli-Alves, 1997). Nesse sentido, Alves-Mazzotti (2002) investiga, em pesquisa qualitativa, as concepções sobre trabalho juvenil partilhadas por brasileiros que desempenham essa prática, assim como por seus pais ou responsáveis. Em número considerável de casos, a prática não envolve trabalho intensivo ou formas iníquas de exploração, mas, antes,

atividades que tanto os jovens quanto suas famílias concebem como contribuições ao seu desenvolvimento psicológico e social.

Esse itinerário pelos estudos sobre trabalho juvenil e suas perspectivas teóricas mostra a existência de três grandes questões relevantes para a compreensão do tema. Primeiro: até que ponto essa prática afeta a posição econômica das pessoas durante a vida adulta, sobretudo por intermédio do seu impacto sobre a formação de capital humano? Segundo: em que medida existem diferentes tipos de trabalho juvenil, em termos do modo como essa prática se articula a um padrão de organização da vida? Esses diferentes tipos de trabalho juvenil teriam variados impactos sobre a trajetória escolar e a posição econômica na vida adulta. Terceiro: se existem diferentes tipos de trabalho juvenil, quais são as concepções que os caracterizam? Em outras palavras, que tipo de valor (estratégico ou intrínseco) as pessoas atribuem ao trabalho juvenil em diferentes situações?

Este trabalho investiga a existência de diferentes padrões de trabalho juvenil no Brasil a partir dessas três questões, mobilizando dados quantitativos e qualitativos. Embora o estudo tenha sido realizado com espírito eminentemente exploratório, é possível enunciar hipóteses diretas, facilitando-se a exposição da metodologia e dos resultados. Primeiramente, considerem-se quatro tipos de trabalho juvenil: adolescente em tempo parcial, adolescente em tempo integral, infantil em tempo parcial e infantil em tempo integral. A base para essa distinção é a presente revisão sobre as abordagens do capital humano e do curso de vida. Acredita-se que o trabalho em tempo parcial – sobretudo durante a adolescência – possa integrar rotinas racionalizadas, enquanto o trabalho em tempo integral esteja mais relacionado à exploração de fonte de renda complementar, em detrimento do investimento de longo prazo em qualificação. As hipóteses são então as seguintes.

Espera-se que o trabalho adolescente em regime parcial esteja associado a maiores níveis de renda esperada durante a vida adulta, associação que deve ser explicada por maior realização educacional (hipótese 1). Já o trabalho juvenil (adolescente e, sobretudo, o infantil) em tempo integral deve estar relacionado a níveis mais baixos de renda esperada, em função de menores níveis de escolaridade (hipótese 2). Por sua vez, o trabalho infantil em tempo parcial deve ocupar posição intermediária. Por um lado, o regime parcial deve indicar a presença de organização racionalizada das rotinas. Por outro lado, a precocidade pode indicar tendência ao sacrifício do tempo das crianças. Diante desse

impasse teórico, trabalha-se com a hipótese de que não há associação estatisticamente significativa entre trabalho infantil em tempo parcial e renda esperada durante a vida adulta (hipótese 3). A última hipótese é abordada através de dados qualitativos e é menos específica. Esta afirma que a cada um dos quatro tipos de trabalho juvenil considerados corresponde um padrão discursivo diferente, indicativo de diversos valores intrínsecos ou estratégicos atribuídos a essa prática (hipótese 4). A expectativa mais específica vinculada a essa última hipótese é que os discursos associados ao trabalho em tempo parcial, sobretudo durante a adolescência, manifestem preocupações pedagógicas e de planejamento de longo prazo.

3 METODOLOGIA E DADOS

São de dois tipos as informações utilizadas neste estudo. Primeiramente, trabalha-se com os dados do *survey* Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (PDSD), implementada pelo Instituto do Milênio, em 2008. A pesquisa foi aplicada a uma amostra de 8.048 domicílios, representativa da população brasileira – exceto pela zona rural da região Norte. O questionário cobre informações demográficas básicas, assim como um espectro de questões sobre mobilidade social. Aí se encontra a informação – de especial interesse neste trabalho – sobre a idade em que a pessoa começou a trabalhar, assim como sobre as horas trabalhadas semanalmente nesse primeiro trabalho.³

A partir dessas informações, definem-se cinco grupos de pessoas:

- aquelas que não trabalharam antes dos 18 anos;
- aquelas que trabalharam durante a adolescência (14 aos 17 anos de idade) em tempo integral (jornada superior a vinte horas semanais);
- aquelas que trabalharam durante a adolescência em tempo parcial (jornada de até vinte horas semanais);

3. É conveniente uma nota sobre a confiabilidade dessa informação. Trata-se de questão retrospectiva, aplicada a adultos de diferentes idades. Essas pessoas foram solicitadas a estimarem a idade em que começaram a trabalhar e quantas horas dedicavam por semana a esse primeiro trabalho. Assim, provavelmente essas estimativas não são perfeitamente acuradas, sobretudo em se tratando da jornada laboral. Tais imprecisões, contudo, não devem afetar consideravelmente esse estudo. Como será exposto na sequência dessa seção metodológica, essas informações serão utilizadas para construir variáveis categóricas. Mais especificamente, para separar aqueles que começaram a trabalhar na infância (até 13 anos) daqueles que o começaram durante a adolescência (de 14 a 17), assim como aqueles que trabalharam em regime parcial (estimativa de até vinte horas) daqueles que trabalharam em tempo integral (estimativa superior a vinte horas). Essa categorização reduz consideravelmente a vulnerabilidade do estudo às distorções nas estimativas retrospectivas feitas pelos entrevistados.

- aquelas que trabalharam durante a infância (até os 13 anos de idade) em jornada integral; e
- aquelas que trabalharam durante a infância em tempo parcial.

Tomando-se o grupo dos que não trabalharam antes dos 18 anos de idade como base de comparação, o exercício implementado aqui consiste em mensurar a correlação entre cada tipo de trabalho juvenil e a renda média das pessoas durante a vida adulta, ou, mais precisamente, a renda que essas pessoas auferiam ao tempo da coleta de dados da pesquisa, quando eram adultas. Operacionalmente falando, aplica-se a técnica de regressão linear⁴ para estimar a correlação entre as categorias de trabalho juvenil adotadas e o logaritmo da renda.

Essa correlação é mediada por uma série de fatores. Um destes, a escolaridade, é de interesse direto para esta análise. Lembre-se que as três hipóteses testadas aqui através de dados quantitativos se referem a como a escolaridade medeia a relação entre trabalho juvenil e renda na maioridade. Espera-se que alguns tipos de trabalho juvenil estejam associados a maiores níveis de escolaridade e outros a menores, e que isso explique a direção da relação entre cada um desses tipos e a renda durante a vida adulta. Para abordar essas hipóteses, a escolaridade será considerada como uma variável categórica com quatorze níveis. O primeiro nível, que serve como base de comparação, representa as pessoas sem escolaridade. Em seguida, onze categorias representam cada ano de estudo nos ciclos fundamental e médio de ensino. Por fim, uma categoria inclui aqueles com ensino superior incompleto e uma última, aqueles com nível superior completo ou pós-graduação.

Além da escolaridade das pessoas, outros fatores são considerados a título de controle, para minimizar vieses. Uma dessas variáveis de controle é a residência em zonas rurais ou urbanas. Como o trabalho juvenil está mais concentrado em zonas rurais – que, por sua vez, são caracterizadas por menores níveis de renda e escolaridade –, é interessante,

4. A regressão linear é uma das técnicas mais básicas e mais difundidas na pesquisa social quantitativa. Assim, o leitor é poupado de quaisquer apresentações mais formais sobre esse tipo de modelagem. Apresentar as fórmulas e os pressupostos distribucionais dessa técnica seria ocupar desnecessariamente espaço. A título de referência, indicamos os manuais *Introductore econometrics* (Wooldridge, 1900) e *Quantitative data analysis* (Treiman, 2008); especialmente esse último, mais voltado para pesquisadores da área de sociologia. Nesse trabalho, a técnica é implementada utilizando-se o programa Stata/SE, com o método estimação de mínimos quadrados ordinários. Essas considerações valem para os exercícios com regressões logísticas que – como será exposto na sequência desta seção – são implementados para avaliar a relação entre o trabalho juvenil e a progressão educacional das pessoas.

neste estudo, mensurar a relação entre trabalho juvenil e renda, mantendo-se constante a situação rural ou urbana. Raciocínio semelhante aplica-se à região de moradia e ao sexo. Como o trabalho juvenil está um pouco concentrado no Sul do país, sua relação parcial com a renda seria distorcida pela omissão de indicador para as regiões geográficas. Poder-se-iam identificar rendas mais elevadas para trabalhadores juvenis da região Sul no que concerne a, digamos, algumas pessoas da região Nordeste que não trabalharam antes dos 18 anos. Através da regressão linear – a não ser que se especifique um indicador para a região de moradia das pessoas –, esses casos tenderiam a sugerir relação positiva entre trabalho juvenil e renda, quando, na verdade, o que há é concentração de trabalhadores juvenis em uma região onde as pessoas, de maneira geral, têm mais renda. Isso também ocorre com o sexo. O trabalho juvenil é mais comum entre homens que, em média, têm maior renda que as mulheres, o que torna importante considerar explicitamente o sexo das pessoas no modelo de regressão.

Outra variável de controle é a escolaridade do pai enquanto indicador de origem social. O trabalho juvenil está concentrado entre pessoas cujos pais tinham baixa escolaridade, as quais tendem a ter menores níveis de educação formal e renda. Assim, o modelo de regressão implementado aqui considera as seguintes categorias para a escolaridade do pai: *i*) sem escolaridade; *ii*) até o primário completo; *iii*) acima do primário completo até o fundamental completo; *iv*) acima do fundamental completo até o médio completo; e *v*) acima do médio completo até a pós-graduação – ou seja, alguma quantidade de ensino superior. Inserir essas categoriais no modelo de regressão proporciona que a relação entre trabalho juvenil e rendimentos esteja sendo mensurada entre pessoas com origem social relativamente semelhante. Finalmente, a última variável de controle é a experiência laboral, medida pela subtração da idade da pessoa pela idade em que ela começou a trabalhar. Deve-se notar que pessoas com idades mais elevadas têm maior renda, até um ponto em que esta última passa a decrescer levemente. Assim, a regressão inclui os anos de experiência juntamente com esses anos elevados ao quadrado, o que ajusta o modelo a esse padrão convexo de correlação.

A tabela 1 mostra a distribuição das variáveis consideradas na amostra em estudo. Com a exclusão dos casos referentes à região Norte – para a qual a amostra não é representativa –, com a eliminação dos casos sem informação em pelo menos um dos indicadores e com a restrição a pessoas com idades entre 25 e 60 anos, obtém-se amostra com 3.164 indivíduos.

TABELA 1
Distribuição das variáveis na amostra em estudo (2008)

Categorias de trabalho juvenil (%)	
Não trabalhou antes dos 18 anos	32,2
Trabalhou na adolescência em tempo integral	26,1
Trabalhou na adolescência em tempo parcial	6,7
Trabalhou na infância em tempo integral	23,7
Trabalhou na infância em tempo parcial	11,3
Região de moradia (%)	
Nordeste	28,9
Sudeste	36,5
Sul	25,8
Centro-Oeste	8,8
Zonas rurais ou urbanas (%)	
Urbana	85,7
Escolaridade do pai ou responsável (%)	
Sem escolaridade	31,4
Até primário completo	25,2
Até fundamental completo	32,6
Até médio completo	7,6
Até pós-graduação	3,2
Sexo (%)	
Homem	55,1
Idade	
Média	41,7
Desvio-padrão	9,5
Experiência	
Média	26,2 anos
Desvio-padrão	11,2 anos
Escolaridade	
Média	8 anos
Desvio padrão	4,2 anos
Renda (R\$)	
Média	1.308,71
Desvio-padrão	2.872,05
Média geométrica	707,83
Mediana	640,00
Tamanho da amostra	N=3.164

Fonte: Dados da PDSO do Instituto do Milênio, 2008.
Elaboração do autor.

Dado o especial interesse, neste estudo, pelo papel da escolaridade enquanto mediadora da correlação entre trabalho juvenil e renda durante a vida adulta, a aplicação do exercício com regressões lineares será precedido por análise da relação entre trabalho juvenil e escolaridade. O objetivo é observar mais propriamente como a educação formal varia em função das diferentes categorias de trabalho juvenil. É importante ter em mente que o trato operacional com a variável educação não é trivial, já que há implicações substantivas, em vista do nível de mensuração adotado. Neste estudo, segue-se a orientação de Mare (1981) para tratar a escolaridade em nível de mensuração nominal, considerando-se transições educacionais. Essa abordagem define a escolarização como sequência de transições, com probabilidades condicionais de realização a serem estimadas por regressões logísticas. Em dada população, as pessoas podem ou não completar o ensino primário. Em seguida, aquelas que completaram o ensino primário têm a possibilidade ou não de completar o ensino fundamental, e assim sucessivamente. A aplicação de regressões logísticas permite estimar como um conjunto de variáveis afeta a razão de chances de completar cada uma dessas transições.

Nesse exercício, opta-se por considerar cinco transições: *i*) conclusão do ensino primário; *ii*) conclusão do ensino fundamental; *iii*) conclusão do ensino médio; *iv*) ingresso no ensino superior; e *v*) conclusão do ensino superior. Embora o modelo possa ser aplicado a cada ano de ensino, a inclusão apenas das transições permite investigar – com o benefício da parcimônia – a relação entre o trabalho juvenil e a escolarização formal, em suas diferentes etapas. O objetivo é estimar como as diferentes categorias de trabalho juvenil afetam as probabilidades de realizar cada uma dessas transições. Assim, trabalha-se com cinco modelos de regressão, implementados da seguinte maneira.

No primeiro, aplicado a toda a amostra, está em jogo a conclusão ou não do ensino primário. As razões de chance dessa conclusão são estimadas como função de cada categoria de trabalho juvenil, tomando-se o grupo dos que não trabalharam antes dos 18 anos como base de comparação. O modelo inclui, além do trabalho juvenil, as seguintes variáveis, a título de controle: sexo, região geográfica e residência em zonas rurais ou urbanas. Ainda, a quarta variável de controle constitui-se de sete indicadores de faixa etária: dos 25 aos 29, dos 30 aos 34, (...), dos 55 aos 60. A depender da transição educacional considerada, esse indicador capta tanto efeitos de coorte quanto de ciclo de vida. Se, por um lado, coortes mais jovens são mais escolarizadas, por outro lado, o nível superior de ensino está ligeiramente menos concentrado nas faixas etárias mais jovens, já que muitas pessoas podem ter completado o ensino superior em idades superiores aos 25

ou até mesmo aos 30 anos. Note-se, finalmente, que foi necessário abrir mão de valiosa variável de controle – disponível e utilizada nas regressões de rendimentos: a educação do pai enquanto indicador de origem social. Isso porque os níveis de escolaridade do pai preveem quase perfeitamente algumas transições educacionais, incorrendo em sua inclusão no modelo em problemas de colinearidade.

Consideradas assim as chances de conclusão do primário, esse modelo é novamente aplicado, mas se levando em conta apenas as pessoas que concluíram essa etapa de ensino, para estimar as chances de conclusão da etapa seguinte: o ensino fundamental. Na sequência, esse modelo é aplicado à subpopulação dos que concluíram o ensino fundamental, com o objetivo de estimar como o trabalho juvenil afeta as chances de conclusão do ensino médio. Em seguida, consideram-se as chances de ingresso no ensino superior, dada a conclusão do nível médio. Finalmente, estimam-se, entre aqueles que ingressaram no curso superior, as razões de chance de completar esse nível de ensino. Como se nota, investiga-se como as categorias de trabalho juvenil afetam as diferentes etapas da escolarização.

O outro tipo de informação utilizada neste estudo é de natureza qualitativa. Trata-se de levantamento multitemático realizado pelo Ipea, ao longo de 2015 e 2016, no âmbito do projeto *Radiografia do Brasil Contemporâneo*, doravante denominado de RBC. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas sobre uma amostra intencional, investigando-se a trajetória de vida de pessoas em sete regiões metropolitanas (RMs) do Brasil: São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Recife-PE, Salvador-BA, Manaus-AM, Belém-PA e Porto Alegre-RS. As entrevistas exploram extensamente narrativas sobre a vida familiar das pessoas durante sua infância e adolescência. A amostra de 615 entrevistas inclui pessoas que atualmente ocupam diversas posições socioeconômicas. As extrações sociais também são diversas.

A varredura do material produzido através da busca de palavras-chave e leitura flutuante permitiu identificar 55 entrevistas em que constam narrativas sobre trabalho juvenil. Embora o roteiro não contenha nenhuma questão explícita sobre o tema, os entrevistados reportaram essa experiência quando indagados sobre rotinas durante sua infância e adolescência. Note-se que o caráter aberto e interativo das entrevistas – aliado à sua orientação a aspectos da experiência no ambiente social de origem, tanto familiar quanto comunitário – permitiu que as pessoas qualificassem sua experiência com o trabalho juvenil. De maneira geral, os entrevistados procuram recuperar quais foram as

motivações dessa prática, tanto as suas, individuais, quanto as de familiares ou quaisquer outros significativos que concorreram para esta. Objetivam, também, projetar a influência dessa prática sobre suas trajetórias de vida. Diante disso, a ideia aqui é explorar essas falas para identificar padrões discursivos associados aos diferentes tipos de trabalho juvenil.

Obviamente, as informações da RBC não são diretamente comparáveis aos obtidos pela PDSD, pois se trata de desenhos de pesquisa distintos. Ainda assim, o que motiva fortemente a mobilização dos dados qualitativos é a possibilidade de investigar o trabalho juvenil no que diz respeito às suas motivações e aceções, algo que estudos correlacionais com os dados de *survey* disponíveis não permitem. Assim, os dados da pesquisa RBC viabilizam análise exploratória de certos perfis discursivos, que podem responder por diferentes padrões de trabalho juvenil em termos da orientação contextual das práticas. Eventualmente, esses padrões oferecerão compreensão mais aprofundada das correlações identificadas pela análise qualitativa. Por exemplo: se o trabalho em tempo parcial durante a infância não está associado a prejuízos na escolarização formal, isso pode ser mesmo entendido em termos de orientação prática mais pedagógica e prospectiva, como sugerem os estudos dos teóricos do curso de vida, realizados alhures?

A tabela 2 mostra a distribuição dos indivíduos das duas amostras consideradas ao longo dessas categorias. Para o cômputo, no caso da amostra da PDSD, são consideradas apenas as pessoas que praticaram trabalho juvenil.⁵

TABELA 2
Distribuição das amostras por categoria de trabalho juvenil
(Em %)

Categoria de trabalho juvenil	RBC – amostra (2016)	PDSD – amostra (2008)
Adolescência em tempo integral	9,1	38,5
Adolescência em tempo parcial	18,2	9,9
Infância em tempo integral	27,3	34,9
Infância em tempo parcial	45,5	16,7
Total	55	2.144

Fontes: RBC (Ipea, 2016) e PDSD do Instituto do Milênio, 2008.
Elaboração do autor.

5. Na pesquisa *Radiografia do Brasil Contemporâneo* (RBC) (Ipea, 2016), as informações sobre a idade em que se começou a trabalhar e a estimativa das horas trabalhadas semanalmente não foram obtidas de maneira padronizada. Essas informações foram obtidas através da leitura das entrevistas, por ocasião da montagem do *corpus* textual para a análise.

As distribuições proporcionais entre as categorias de trabalho juvenil não são as mesmas entre os dois estudos, algo que não tem qualquer importância, já que não se espera por comparabilidade direta entre as duas amostras. No caso da PDSB, espera-se estimar correlações estatisticamente generalizáveis entre trabalho juvenil e renda durante a vida adulta. No caso da RBC, tem-se a expectativa de que a amostra possibilite identificar associações entre padrões discursivos e categorias de trabalho juvenil. A única característica realmente preocupante da amostra da RBC é o desequilíbrio na proporção de 9,1% para a categoria “adolescência em tempo integral”, o que equivale – em números absolutos – a cinco casos. São poucas então as falas de pessoas que praticaram esse tipo de trabalho. Contudo, como será visto na seção sobre resultados, o padrão discursivo associado a essa categoria está também associado à “infância em tempo integral”, o que leva a considerar, para fins interpretativos, a categoria conjunta dos vinte entrevistados que trabalharam em tempo integral antes dos 18 anos de idade.

A estratégia adotada para o trato com o material qualitativo consiste na análise de conteúdo assistida pela classificação hierárquica descendente (Reinert, 1983), implementada através do *software* livre Iramuteq. Para o tipo de aplicação, as falas a serem analisadas são inseridas em um *corpus*, em apenas um documento de texto. Nesse *corpus*, cada entrevista é identificada por uma linha de comando, que deve conter pelo menos uma variável. Nesse caso, trabalhou-se com duas: um código identificador de cada entrevista e um indicador da categoria de trabalho juvenil em que o entrevistado se enquadra. Em seguida, cada entrevista é seccionada em segmentos de texto de tamanho uniforme. Essa segmentação foi realizada pelas rotinas instaladas no próprio Iramuteq, seguindo-se as especificações *default*, que levam em conta o número de ocorrência de palavras.

Os segmentos de texto não equivalem exatamente a frases, mas, de maneira geral, coincidem com frases longas ou sequências de frases curtas. A análise hierárquica descendente toma como insumo os perfis de cada segmento de texto, em termos do seu vocabulário, e então os agrupa de acordo com algoritmos de maximização da diferença entre os grupos formados. É importante notar que o procedimento considera conjuntamente todas as palavras que compõem os segmentos de texto, pois trabalha com seus perfis lexicais, formalmente representados como os perfis-linha da matriz de dados. Assim, embora lexicométrico, o método não é simplesmente “taxonômico” (Bardin, 2011), já que leva em conta – ainda que mecanicamente – o contexto de uso da palavra,

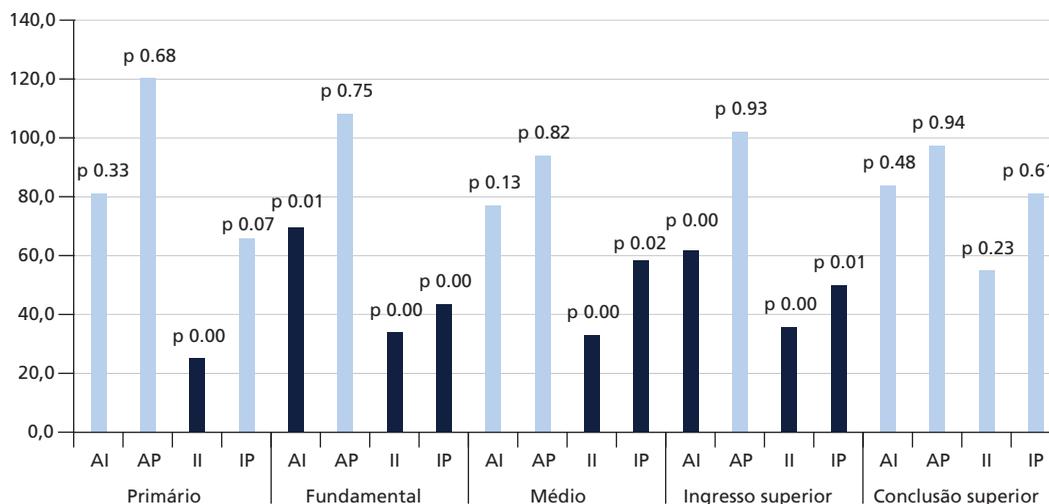
ou melhor dizendo: na medida em que o sentido contextual do vocábulo se reflete no conjunto de palavras que lhe são circunvizinhas, a análise hierárquica descendente pode reter informação sobre esse sentido (Reinert, 1983).

As classes resultantes da análise são dispostas em um plano fatorial que reflete a estrutura hierárquica das subdivisões. Nesse caso, como será visto, o primeiro fator (eixo horizontal) diferencia duas classes. O segundo fator, por sua vez, subdivide uma dessas classes em duas. A associação de determinada palavra com sua respectiva classe é dada por uma medida χ^2 , graficamente representada pelo tamanho dessa palavra. Finalmente, computa-se também a associação estatística entre as classes de palavras e as variáveis inseridas nas linhas de comando. Nessa aplicação, interessam, enquanto variável, os quatro tipos de trabalho juvenil. Em outras palavras, tomar-se-á em conta a quais categorias de trabalho juvenil dado padrão discursivo está associado.

4 RESULTADOS

Antes de testar as hipóteses 1, 2 e 3 através de regressões de rendimentos, explora-se a relação entre o trabalho juvenil e as transições educacionais. Esse passo preliminar é importante, já que as hipóteses a serem testadas levam em alta conta a mediação das desigualdades de renda pelas desigualdades educacionais. Os exercícios com regressões logísticas mostram que há diferenças significativas entre as categorias de trabalho juvenil, no que tange à sua relação com a escolaridade. A associação não é a mesma entre as diferentes categorias e nem entre as diferentes transições educacionais. O gráfico 1 traz, para as cinco transições consideradas, a razão de chances entre cada grupo de trabalho juvenil e o grupo daqueles que não trabalharam antes dos 18 anos de idade. Essas razões foram estimadas pelos modelos expostos na seção metodológica, considerando-se todos os controles lá aludidos. Com o objetivo de otimizar a exposição dos resultados à discussão substantiva, são apresentadas apenas as razões de chance associadas aos indicadores de trabalho juvenil, juntamente com suas medidas de significância estatística. Os resultados completos dos modelos estão expostos no apêndice A. Razões de chance que não são significativas no nível de confiança convencional (0,05) são representadas por barras pálidas.

GRÁFICO 1
Trabalho juvenil e progressões educacionais
(Em %)



Fonte: Dados da PDSO do Instituto do Milênio, 2008.
Elaboração do autor.

Observe-se o que ocorre com o primário. O trabalho durante a infância, em tempo integral, está associado a uma redução a 25% nas chances de conclusão desse nível de ensino. Em outras palavras, pessoas que trabalharam dessa maneira têm apenas um quarto das chances para completar o ensino primário, em comparação com as que não trabalharam antes dos 18 anos. Por sua vez, nenhuma das outras categorias de trabalho juvenil tem associação significativa com a conclusão do primário. Como era de se esperar, portanto, o trabalho na infância em tempo integral prejudica gravemente a escolarização já em seus primeiros ciclos. Um pouco surpreendentemente, no entanto, o trabalho na infância em tempo parcial não parece ter impactos tão drásticos. Embora uma razão de chances na ordem de 66% indique que também nesse grupo é relativamente menor o número dos que concluíram o primário, a associação não chega a ter significância estatística no nível convencional de 0,05. Atente-se, contudo, para a probabilidade (de apenas 0,07) de que essa associação ocorresse por simples acaso. A adoção de nível de confiança apenas um pouco mais tolerante que o convencional nos levaria, por conseguinte, a considerar a associação estatisticamente significativa. A interpretação mais prudente para esse resultado é, portanto, que – por critérios convencionais – este estudo não pode determinar que existe queda nas chances de conclusão do ensino primário associada ao trabalho na infância em tempo parcial, mas que há indícios de que, sim, há essa redução.

A conclusão do ensino fundamental já traz um quadro diferente. Todas as categorias de trabalho juvenil, exceto aquele realizado durante a adolescência em tempo parcial, estão associadas a uma redução nas chances de conclusão desse nível de ensino. A magnitude desse prejuízo, por sua vez, difere drasticamente em cada caso. O trabalho na infância em tempo integral confirma-se, mais uma vez, como o grande vilão. Considerando-se aqueles que terminaram o primário, as chances de conclusão do fundamental descem a 34% entre os que praticaram esse tipo de trabalho juvenil, em comparação aos que não trabalharam antes da maioridade. Entre os que trabalharam na infância em tempo parcial, observa-se a cifra, quase tão alarmante quanto, de 44%. A significância estatística, dessa vez, está fora de questão. O trabalho na adolescência em tempo integral também está fortemente associado à não conclusão do ensino fundamental, com razão de chances na ordem de 70%.

Esse último fato merece algumas considerações mais detidas, tendo-se em vista as possibilidades de imputação causal neste estudo. Primeiro de tudo: deve-se ter em mente que, embora o modelo de transições educacionais opere com lógica longitudinal, o que se têm aqui são dados retrospectivos que não permitem reconstruir as transições entre escola e trabalho. As transições educacionais podem ser reconstruídas porque, para tanto, apenas uma informação é necessária: o total de anos de estudo – ou seja, a última transição realizada. Como o sistema de ensino é sequencial, deduzem-se da última – com muita simplicidade – todas as transições educacionais anteriormente realizadas por um indivíduo. Disso, pode-se prosseguir com um estudo correlacional para cada uma dessas transições. As transições entre escola e trabalho são, de todo, outro caso. Não é possível, no contexto deste trabalho, determinar em que etapa da escolarização a pessoa estava quando começou a trabalhar. Sabe-se com que idade ela começou a trabalhar e até onde prosseguiu com sua trajetória escolar. Não se têm informações, contudo, sobre que fase da escolarização a pessoa estava quando do primeiro trabalho. Tampouco é possível deduzir essa fase da idade em que a pessoa começou a trabalhar, dadas as possibilidades de distorção entre idade e série. Diante disso, as associações identificadas entre as categorias de trabalho juvenil e as transições educacionais podem indicar causalidade em dois sentidos: o ingresso no trabalho juvenil motivando a evasão escolar ou, por sua vez, a evasão escolar ocasionando o início precoce da vida laboral.

Tudo isso tem consequências decisivas ao interpretar-se a associação entre o trabalho na adolescência em tempo integral e a não conclusão do ensino fundamental. Pessoas entre 14 e 17 anos poderiam estar cursando ainda o nível fundamental quando

houve a decisão de trabalhar. Não obstante, pensando-se por outro prisma, pode ser que em muitos casos a evasão do ensino fundamental tenha precedido o ingresso em atividades laborais. Em outras palavras, é possível que adolescentes que se viram fora da escola, sem o ensino fundamental concluído, tenham optado – individualmente ou em conjunto com suas famílias – pelo ingresso no mercado de trabalho. Com a não conclusão do ensino fundamental, perde-se do horizonte estratégico de expectativas, por desalento ou falta de contexto social vinculante, o investimento na escolarização. Ao mesmo tempo, como estratégia factível de construção de uma vida profissional, elege-se, já na adolescência, investir prioritariamente o tempo em trabalho. Nesse caso, não se pensa no trabalho em tempo integral durante a adolescência enquanto causa da evasão escolar, mas, pelo contrário, no abandono da escola antes da conclusão do ensino fundamental como contexto conducente ao ingresso precoce no mercado de trabalho. Como não se pode determinar – com a base de dados em estudo – quando o ingresso no trabalho precede a evasão escolar e quando do contrário, resta admitir que ambas são explicações igualmente plausíveis para a associação identificada, sendo de crer-se que cada uma destas se aplica a uma parte dos casos. Em resumo: a associação entre trabalho em tempo integral durante a adolescência e não conclusão do ensino fundamental pode indicar tanto que essa categoria de trabalho juvenil causa a evasão nessa etapa do ensino, quanto o contrário: que a evasão nessa etapa leve a esse tipo de trabalho.

Considerações semelhantes aplicam-se às outras categorias de trabalho juvenil. Como já foi observado, quem trabalhou durante a infância, de maneira geral, também não completou o ensino fundamental. Não se pode saber ao certo se o caso é o de haver abandono e então ingresso no mercado de trabalho, ou é o de haver esse ingresso e então o abandono. É certo, contudo, que esses dois fatos caminham em conjunto. As situações em que há trabalho infantil são também em que há abandono dos estudos antes da conclusão do ensino fundamental.

A próxima transição educacional a ser considerada é a do ensino médio. Nota-se aqui algo interessante com relação ao trabalho durante a adolescência em tempo integral: a associação não é estatisticamente significativa. Isso quer dizer que essa categoria de trabalho juvenil não é afeta à conclusão do ensino médio? Não, cada transição educacional é dependente da transição anterior. Assim, estando o trabalho na adolescência em tempo integral associado a uma redução de 70% nas chances de conclusão do ensino fundamental, esse prejuízo se estende a todas as transições subsequentes. O que os resultados indicam é que, uma vez tendo completado o ensino fundamental, aqueles que

trabalharam dos 14 aos 17 anos em regime integral não manifestam tendência a – em virtude de sua atividade laboral – evadirem o ensino médio. É verdade que a razão de chances na cifra de 77% aponta para frequência relativamente menor de conclusão do nível médio entre essas pessoas. Contudo, a associação identificada ocorreria treze vezes em cem por simples acaso; nível de confiança consideravelmente distante do convencionalmente adotado em pesquisas sociais.

Pode-se cogitar se esse resultado está relacionado à oferta mais generalizada, pelas escolas públicas, do ensino médio no turno da noite, o que viabilizaria a conclusão desse ciclo de ensino por adolescentes já exercendo atividades laborais que ocupam a maior parte do seu dia. Jovens nessa faixa etária que, a despeito das barreiras associadas ao trabalho em tempo integral, concluíram o ensino fundamental encontrariam então meios para terminarem também o ensino médio. Em outras palavras, o trabalho na adolescência em tempo integral não implicaria, de maneira generalizada, abandono do curso médio de ensino por serem essas duas atividades conciliáveis. Está fora do escopo deste estudo, contudo, avaliar a hipótese – bastante plausível – de que há comprometimento dos conteúdos adquiridos e da qualidade do ensino de modo geral, mesmo não havendo associação estatística com a evasão.

Por sua vez, o trabalho na infância em tempo integral mostra mais uma vez sua vilania, reduzindo a 33% as chances de conclusão do ensino médio. Em outras palavras, até mesmo entre aqueles que – a despeito do trabalho infantil – concluíram o ensino fundamental, há ainda tendência à evasão durante o ciclo médio de ensino. Com as informações disponíveis, não se sabe por quanto tempo durou o primeiro trabalho e nem quando e como foram os trabalhos subsequentes da pessoa, até a chegada à sua ocupação ao período de referência da pesquisa. Assim, não é possível determinar se essas pessoas se mantiveram trabalhando ao longo de toda a menoridade; disso, resultaria essa persistência da associação ao longo das transições educacionais. Tudo o que se sabe é que essas pessoas tiveram um primeiro emprego antes de completarem 14 anos de idade, ao qual dedicavam jornadas extensas – estimadas em mais de vinte horas semanais –, e que essa prática está associada a uma forte tendência à evasão escolar, a qual é persistente ao longo da trajetória de ensino. O trabalho durante a infância em tempo parcial também está relacionado à evasão durante o curso médio, reduzindo a 58% as chances de conclusão entre aqueles que completaram o ensino fundamental.

Com o curso superior, vê-se algo interessante. Para aqueles que ingressaram no curso superior, o trabalho juvenil não afeta as chances de conclusão.⁶ O problema está no ingresso. Todos os tipos de trabalho juvenil, exceto na adolescência em tempo parcial, estão associados a menores chances de ingresso no ensino superior. O trabalho na infância em tempo integral ainda reduz, até mesmo entre aqueles que completaram o ensino médio, a 36% as chances de ser admitido em um curso superior. O trabalho na infância em tempo parcial está relacionado a uma redução para 50%. Em outras palavras, o trabalho na infância associa-se à evasão escolar de maneira tão persistente ao longo das transições educacionais, que – ainda entre os que terminaram o ensino médio – há redução a pouco mais de um terço (no caso de tempo integral) ou à metade (tempo parcial) nas chances de iniciar um curso superior, em comparação ao grupo dos que não trabalharam antes dos 18 anos de idade. Por sua vez, o trabalho durante a adolescência em tempo integral está associado à redução a 62% nas chances de iniciar uma faculdade, entre aqueles que completaram o ensino médio.

É possível resumir assim os resultados. O trabalho durante a adolescência em tempo parcial não está associado à evasão escolar em nenhuma das etapas do ensino. Aliás, em várias transições, razões de chance superiores a 100% indicam maior frequência de conclusão entre os que assim trabalharam. De qualquer maneira, as associações encontradas estão sempre muito longe de terem significância estatística. O trabalho na adolescência em tempo integral faz sentir sua influência a partir do segundo ciclo do ensino fundamental, reduzindo a 70% as chances para sua conclusão. Embora haja indícios de que esse tipo de trabalho juvenil também se relacione à evasão durante o ensino médio, estes são estatisticamente frágeis (valor “p” de 0,13). Já entre os que concluíram o ensino médio, os que assim trabalharam tiveram reduzidas a 62% as chances de ingresso em um curso superior. O trabalho na infância em tempo parcial também faz sentir sua associação com a evasão escolar a partir do segundo ciclo do ensino fundamental. Contudo, as evidências de que esse tipo de trabalho já comprometa a conclusão do ensino primário não são desconsideráveis (valor “p” de 0,07). Sua associação com a evasão é consistente ao longo das transições. Reduzem-se a 44% as chances de

6. Aliás, o leitor que inspecionar os resultados completos dos exercícios de regressão no apêndice A verá que nenhuma das variáveis consideradas prediz com alguma acurácia a conclusão da educação superior entre aqueles que iniciaram esse nível de ensino. Análises exploratórias, omitidas nesta apresentação, indicam que nem mesmo a escolaridade do pai afeta essa transição. O indicador de pertença racial, contudo, tem relação com essa transição. Há concentração, estatisticamente significativa, da evasão do ensino superior na população negra.

concluir o fundamental, a 58% as de concluir o ensino médio e a 60% as de ingressar em um curso superior. Finalmente, o trabalho na infância em tempo integral mantém associação drástica e ainda mais consistente com a evasão escolar ao longo das diferentes transições. Diminuem-se em 25% as chances de conclusão do primário, em 34% as de conclusão do fundamental, em 33% as de conclusão do ensino médio e em 36% as de ingresso em algum curso superior.

Cabe agora investigar a relação entre o trabalho juvenil e a situação econômica durante a vida adulta, indicada pela renda do trabalho. Essa relação é em grande parte mediada pelas dinâmicas educacionais que acabam de ser investigadas. Como já exposto na seção metodológica, o que se fez foi aplicar duas especificações de regressão linear à distribuição dos dados. Seria interessante que, nesse momento, o leitor inspecionasse brevemente a tabela 1. Nesta, estão apresentadas todas as variáveis utilizadas nos dois modelos. O primeiro destes (M1) é especificado como segue. A variável dependente é o logaritmo da renda.⁷ Como variáveis explicativas, incluem-se: as categorias de trabalho juvenil, tomando-se a dos que não trabalharam antes dos 18 anos como base; a região de moradia, tendo-se o Nordeste como base; zonas rurais ou urbanas, sendo a base as zonas rurais; a escolaridade do pai ou responsável, com a categoria dos sem escolaridade como base de comparação; o sexo das pessoas, sendo as mulheres a base; e, finalmente, a experiência sob a forma de polinômio de segundo grau, quer dizer: a experiência mais a experiência ao quadrado.

Quando se fala em base para as variáveis categóricas, isso significa que o modelo estimará apenas coeficientes associados às outras categorias dessas variáveis. Esses coeficientes expressam a diferença esperada entre a renda das pessoas em cada categoria e a renda das pessoas na categoria de base, mantidas constantes as outras variáveis explicativas. Assim, por exemplo, os coeficientes associados às quatro categorias de pessoas que praticaram trabalho juvenil expressam a diferença que há, em média, entre a renda

7. O uso dessa variável em escala logarítmica é padrão, com vista a melhorar o ajuste de modelagem, já que a renda possui, em geral, distribuição aproximadamente log-normal. Nessa amostra, a distribuição é log-normal entre o 5º e o 95º percentis. Nas caldas, sobretudo na calda superior, a distribuição destoa desse padrão, o que é esperado, dada a alta concentração de renda nos mais ricos. Observe-se que a tabela 1 informa a média geométrica da renda. A regressão linear é centrada na média aritmética da variável dependente, no sentido de tratar essa média como função linear das variáveis explicativas. Acontece que a média aritmética da renda em escala logarítmica é o logaritmo da média geométrica da renda em sua escala original. Em consequência, o modelo estimado está centrado na média geométrica da renda em sua escala original. Note-se que a média geométrica é consideravelmente menor que a média aritmética, o que se deve ao fato de a renda ter distribuição muito dispersa.

das pessoas do respectivo grupo e as pessoas que não trabalharam antes dos 18 anos de idade. Em suma, a categoria de base é sempre a categoria de comparação.

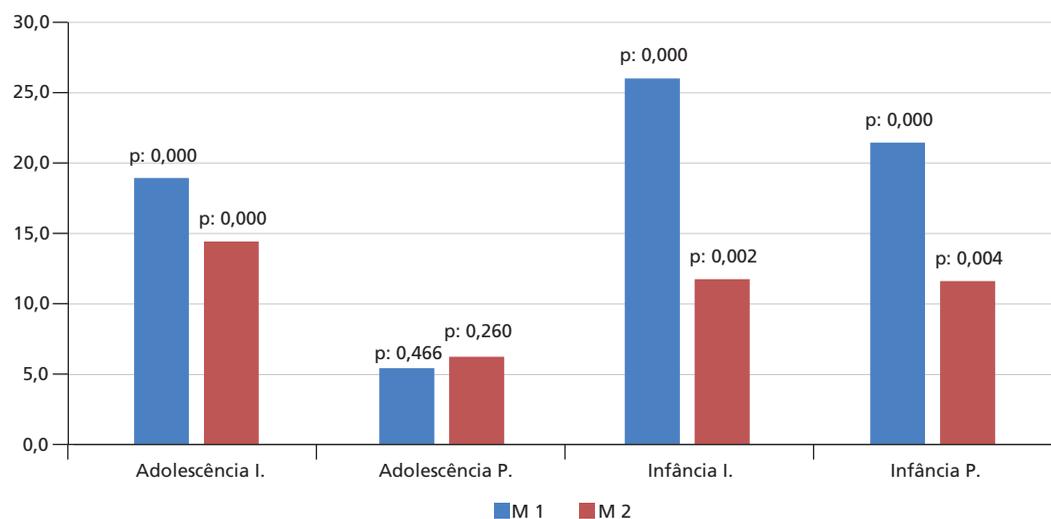
O segundo modelo de regressão (M2) aplicado é idêntico ao primeiro, exceto pela inclusão da escolaridade de cada indivíduo. Assim, a comparação entre M1 e M2 permitirá apreciar a mediação da relação entre trabalho juvenil e renda na vida adulta pela aquisição de escolaridade formal. No primeiro modelo, os coeficientes associados às categorias de trabalho juvenil expressam a diferença entre a renda esperada dessas categorias e a renda esperada dos que não trabalharam antes da maioridade, mantidas constantes as variáveis de controle consideradas. Quando, em uma segunda especificação, incluem-se os indicadores de escolaridade, esses coeficientes se modificam. Essa modificação ocorre porque parte da relação entre trabalho juvenil e renda na vida adulta é mediada pela escolaridade das pessoas. Mais especificamente, quando se inclui a variável anos de estudo, a parte da relação entre trabalho juvenil e renda que se deve a diferenças de escolaridade passa a ser diretamente capturada por essa variável, e não mais pelos coeficientes associados às próprias categorias de trabalho juvenil. Assim, a direção e a magnitude das alterações nos coeficientes entre M1 e M2 expressam a direção e a magnitude da mediação, pela escolaridade, da relação entre os tipos de trabalho juvenil e a renda das pessoas durante a maioridade.

Para tornar a exposição prática e intuitiva, são expostos aqui apenas os coeficientes associados às categorias de trabalho juvenil em M1 e M2, que são os que concernem diretamente à análise. Para o leitor interessado, os resultados completos dos modelos constam do apêndice B. Outro procedimento é tomado para tornar a exposição mais clara e útil: extraem-se dos coeficientes as desvantagens percentuais entre a renda das categorias de trabalho juvenil e a renda do grupo de comparação.⁸ Para ilustrar, digamos

8. Como já mencionado, os coeficientes estimados nas regressões expressam a diferença entre a renda média do grupo em questão e a renda média do grupo de comparação, mantidas constantes as outras variáveis explicativas. Pode-se designar por "rgc" a renda esperada do grupo de comparação, por "rgj" a renda esperada do grupo de trabalho juvenil em questão e por "gi" o coeficiente associado à categoria indicadora desse mesmo grupo de trabalho juvenil – As rendas estão, lembre-se, em escala logarítmica. Sendo assim, pode-se descrever formalmente que $\ln(\text{rgj}) - \ln(\text{rgc}) = g_i$, do que decorre que: $\ln(\text{rgj}/\text{rgc}) = g_i$, do que se obtém: $\text{rgj}/\text{rgc} = \exp(g_i)$. Isso quer dizer que a exponenciação do coeficiente associado a uma categoria mede a razão entre a renda esperada dessa categoria e a renda do grupo de comparação, mantidas constantes as outras variáveis explicativas. Em outras palavras, se o resultado dessa exponenciação é, digamos, o número 0,85, isso quer dizer que a renda esperada da categoria é 85% da renda esperada do grupo de comparação. É essa razão que é apresentada aqui. Além disso, para tornar a exposição um pouco mais elegante, o que se fez foi considerar o complemento dessa porcentagem – ou seja: $1 - \exp(g_i)$. É esse último valor, relacionado a cada categoria de trabalho juvenil, que é exposto no gráfico 2.

que uma categoria tem renda esperada em 85% da renda esperada do grupo de comparação. A diferença percentual seria então de 15%. O gráfico 2 apresenta essas medidas para as quatro categorias de trabalho juvenil, nas duas especificações do modelo. O rótulo das colunas informa a significância estatística do respectivo coeficiente e, portanto, da diferença percentual deste derivada.

GRÁFICO 2
Diferenças estimadas por regressão linear
(Em %)



Fonte: Dados da PDSD do Instituto do Milênio, 2008.
Elaboração do autor.

Como se nota – observem-se os valores “p” no segundo par de colunas –, não há argumento estatístico para acatar a hipótese 1 (de que o trabalho adolescente em regime parcial esteja associado a maiores níveis de renda esperada durante a vida adulta), pois não há rejeição da hipótese nula. Por sua vez, os dois modelos identificam desvantagens relativamente pequenas relacionadas a essa categoria (5,5% e 7,5%, respectivamente), que não são, note-se bem, estatisticamente significativas. Assim, embora os resultados não sustentem o acolhimento da hipótese aventada, estes não descartam totalmente a reflexão teórica de fundo. O trabalho juvenil em tempo parcial durante a adolescência não está associado, em média, a maiores rendimentos durante a vida adulta, mas essa categoria é a única que, por seu turno, não se relaciona a desvantagens significativas. Em outras palavras, os resultados indicam que se trata mesmo de prática qualitativamente distinta de trabalho juvenil, muito embora a hipótese mais ousada (impactos positivos sobre a vida econômica futura) não seja amparada. Observe-se ainda uma particularidade dessa categoria no que

se refere à diferença entre M1 e M2. Quando os anos de estudo são inseridos no modelo, a magnitude da desvantagem estimada – embora ainda não significativa – aumenta. Isso indica que o nível de escolaridade das pessoas desse grupo é levemente superior ao daquelas no grupo de comparação, algo compatível com os resultados obtidos no estudo sobre as transições educacionais. Assim, além de não significativa estatisticamente, a desvantagem de renda não é, nesse caso, mediada por prejuízos na escolarização formal.

A hipótese 2, de que o trabalho juvenil (adolescente e, sobretudo, infantil) em tempo integral está associado a níveis mais baixos de renda esperada, em função de menores níveis de escolaridade, confirma-se. Ambas as categorias estão associadas a desvantagens de magnitude considerável e estatisticamente significativas: 19% e 17% para a adolescência e 26% e 15% para a infância, nos modelos 1 e 2, respectivamente. Quanto à mediação educacional, note-se que esta é mais forte em se tratando do trabalho infantil. De desvantagem de 26%, 11 pontos percentuais (p.p.) parecem ser explicados por menores níveis de escolaridade. Colocando-se de outro modo, 42% da desvantagem associada ao trabalho infantil em tempo integral é mediada por prejuízos na escolarização formal.⁹ Isso não ocorre para o trabalho durante a adolescência. Nesse caso, apenas 10% da desvantagem inicial parece ser mediada por perdas de escolaridade, com a diferença caindo de 19% para 17%, quando os anos de estudo são inseridos no modelo. É interessante notar que o trabalho na infância se associa a desvantagens bem maiores que o trabalho na adolescência, mas, quando se isola a mediação educacional (M2), esses prejuízos passam a ser semelhantes.

A hipótese 3, de que não há associação estatisticamente significativa entre trabalho infantil em tempo parcial e renda esperada durante a vida adulta, é contrariada pelos dados. Essa categoria de trabalho juvenil está associada a desvantagens estatisticamente significativas que atingem 21,5% no modelo 1 e 15% no modelo 2. Os números indicam também que a mediação educacional é considerável nesse caso: 30% da desvantagem inicial de 21,5% (M1) desaparecem quando se controla pela escolaridade. Esse conjunto de resultados permite tirar três conclusões:

9. Trata-se aqui do seguinte caso. No modelo 1, a desvantagem é de 26%. No modelo 2, esta é de 15%. A redução de 11% entre os dois valores representa a porção da desvantagem estimada no modelo 1 que é explicada pela mediação educacional – lembre-se que a única diferença entre os dois modelos é a inclusão da variável anos de estudo, no segundo. Considere-se os 26% estimados no modelo 1 como a desvantagem inicial associada ao trabalho infantil em tempo integral, mantidas constantes as variáveis de controle consideradas. Então, 11% representa $11/26=42\%$, os 42% dessa desvantagem inicial que são mediados pela educação formal. O mesmo raciocínio é utilizado para calcular esse tipo de cifra para as outras categorias de trabalho juvenil.

- 1) A mediação educacional das desvantagens de renda durante a vida adulta é característica preponderante do trabalho infantil, sobretudo aquele praticado em tempo integral. Com efeito, 42% da desvantagem de renda associada a este último é mediada pela escolaridade. No caso do trabalho infantil em tempo parcial, essa cifra é de 30%. A mediação educacional é discreta no caso do trabalho em tempo integral durante a adolescência: 10%. Esse fato pode estar associado à baixa escolaridade da população brasileira em geral. Em outras palavras, mesmo que o trabalho em tempo integral durante a adolescência se associe à evasão escolar, conforme foi visto anteriormente, isso não se refletiria em diferenças com relação à população em geral, que também abandona os estudos com bastante frequência. Com efeito, nessa amostra, a média de anos de estudo estimada para os que trabalharam na adolescência em tempo integral é de 8,6, cotejada a 9,2 anos para o grupo de comparação.¹⁰
- 2) O trabalho desempenhado na adolescência em tempo parcial não se associa a desvantagens significativas em termos de renda durante a vida adulta, e as desvantagens estimadas, além de não significativas estatisticamente, são pequenas. Mais ainda, tais desvantagens – diferentemente do que acontece para todas as outras categorias de trabalho juvenil – não são em nada mediadas pela educação formal. Pelo contrário, a escolaridade parece pesar a favor dos que trabalharam em tempo parcial durante a adolescência.
- 3) As desvantagens não mediadas pela escolaridade (M2) atingem patamares semelhantes (15% a 17%) e estão associadas ao trabalho juvenil de maneira geral, exceto por aquele praticado durante a adolescência, em tempo parcial, para o qual as diferenças não são estatisticamente significativas. Dados os modelos aqui utilizados, é difícil afirmar que se tratem de impactos diretos do trabalho juvenil sobre a renda durante a vida adulta. Faz mais sentido pensar que o trabalho juvenil – com a já referida exceção – identifica um grupo de pessoas sujeitas a uma série de carências não observadas, que comprometem seu *status* socioeconômico. Ainda assim, é possível imaginar formas pelas quais o trabalho juvenil teria impacto direto sobre a renda futura. Por exemplo, essa prática pode condicionar diretamente a trajetória laboral das pessoas pelo ingresso precoce em ocupações não qualificadas. Esse ingresso pode ter um efeito sobre a trajetória laboral, além daqueles associados à mais baixa escolarização.

10. Essas médias estimadas sequer chegam a ser estatisticamente diferentes. Considerando-se o erro-padrão, a estimativa para o grupo de comparação vai de 8,87 a 9,50, para um intervalo de confiança de 95%. Para os que trabalharam na adolescência em tempo integral, a mesma estimativa de intervalo vai de 8,29 a 8,93. Em outras palavras, admitindo-se os intervalos de confiança de 95% para a estimativa das médias de escolaridade dos respectivos grupos, não se pode afirmar com segurança que estas sejam diferentes.

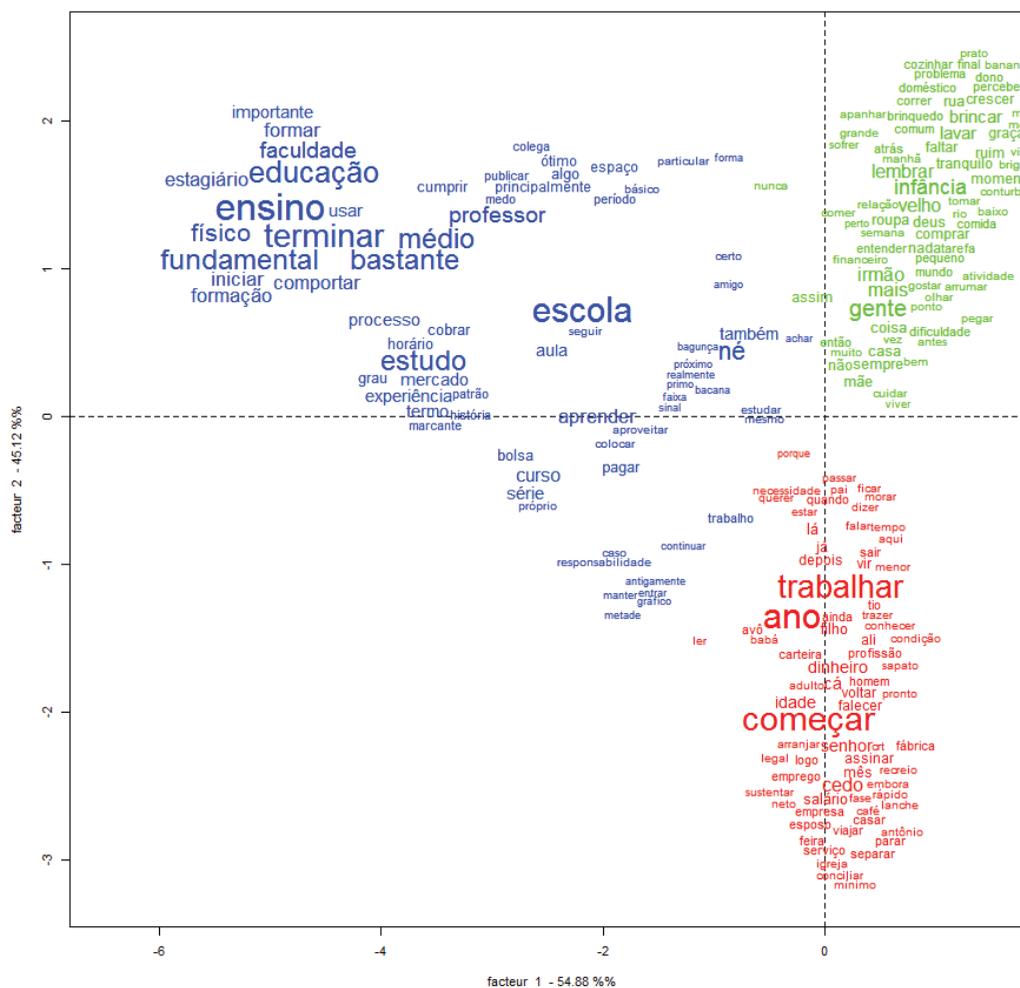
Em suma, a análise quantitativa mostra que o trabalho em tempo parcial durante a adolescência é de qualidade distinta das demais categorias de trabalho juvenil e que estas últimas estão associadas a níveis semelhantes de prejuízos em termos de renda durante a maioridade, sendo que as perdas em realização educacional agravam acentuadamente a situação daqueles que trabalharam durante a infância, sobremaneira daqueles que o fizeram em regime de tempo integral.

Resta agora saber o que os dados qualitativos nos dizem no que concerne à hipótese 4, de que a cada um dos quatro tipos de trabalho juvenil considerados neste estudo corresponde um padrão discursivo distinto. Na verdade, os resultados até aqui apresentados levam a ajustar as expectativas com relação a essa hipótese. Apenas uma das categorias de trabalho juvenil se revelou qualitativamente distinta em termos de suas consequências de longo prazo. O que se espera, então, é que as narrativas reflitam esse cenário, havendo um padrão de discurso específico associado ao trabalho durante a adolescência em tempo parcial. Espera-se que esse padrão discursivo ofereça recursos para a melhor compreensão de como as correlações observadas na análise quantitativa vêm a existir, ou, mais especificamente, para o melhor entendimento sobre as orientações práticas que fazem com que o trabalho em tempo parcial durante a adolescência se distinga tão substantivamente dos demais.

Os resultados obtidos pelo método Reinert (1998) permitem discutir essa hipótese. Na aplicação, as 55 entrevistas foram segmentadas em 648 “frases”,¹¹ das quais 560 foram classificadas com sucesso. Identificaram-se três classes de discurso, dispostas em plano fatorial no gráfico 3.

11. Lembre-se que não se trata exatamente de frases, mas de recortes no *corpus* textual homogêneos em termos de tamanho. Os trechos que resultam desses recortes coincidem aproximadamente com frases.

GRÁFICO 3
 Representação dos agrupamentos lexicais em plano fatorial



Fonte: RBC (Ipea, 2016).
 Elaboração do autor.

Antes de tecer considerações sobre o vocabulário de cada classe de discurso, é preciso dar atenção a algumas informações. Primeiramente, a associação das classes com as categorias de trabalho juvenil. A classe azul tem associação estatisticamente significativa, no nível de confiança de 95%, com o trabalho durante a adolescência em tempo parcial ($p = 0,016$). A classe vermelha está associada ao trabalho juvenil em tempo integral, tanto na infância quanto na adolescência (estatística para aproximadamente igual a zero, nos dois casos). Por sua vez, a classe verde está reacionada ao trabalho durante a infância,

em tempo parcial, associação indicada também por estatística p muito próxima de zero. Finalmente, dos segmentos de textos classificados, 12,5% o foram na classe azul, 41,8%, na classe vermelha e 45,7%, na classe verde. Em outras palavras, a classe azul refere-se ao padrão discursivo menos presente no corpo das falas.

Além desses fatos, deve-se notar que a classificação hierárquica descendente, como o nome sugere, estabelece uma hierarquia na classificação. Nessa aplicação, essa hierarquia ocorre em dois níveis. No primeiro, a divisão criada pelo método separa, a partir do primeiro eixo fatorial, a classe azul das outras duas, mostrando que esse padrão discursivo se distingue mais fortemente dos demais, tomados em conjunto, do que esses entre si. Apenas num segundo estágio, dada pelo segundo eixo fatorial, há uma divisão entre as classes vermelha e verde.

Esses fatos indicam que a análise classificatória dos discursos vai ao encontro dos resultados da análise quantitativa. Lembre-se que estes últimos destacam o trabalho em tempo parcial durante a adolescência como categoria qualitativamente distinta de todas as demais. Justamente essa categoria aparece associada ao padrão discursivo em azul, que é o mais específico entre os três identificados pelo método Reinert. Os outros dois padrões discursivos estão associados às outras três categoriais de trabalho juvenil, que revelaram – de acordo com a análise quantitativa – associações semelhantes com desvantagens de renda durante a vida adulta. Por sua vez, a análise de discurso aponta para distinção não identificada pela análise quantitativa: associada ao trabalho infantil em tempo parcial, aparece a classe verde. Qual a diferença substantiva entre essas classes? Estas comportam padrões discursivos com valor hermenêutico? Há nestas um sentido que permite mais bem compreender as práticas de trabalho juvenil? Tudo indica que sim.

O tamanho das palavras no gráfico 2 representa o quão fortemente estas estão associadas à sua classe. Assim, nota-se que a classe azul é marcada por vocabulário dirigido à escolarização e ao mercado de trabalho. É interessante notar não apenas a presença marcante de termos referentes à educação formal (escola, faculdade, educação, ensino, estudo, professor, formação, curso e série) e ao mercado de trabalho (mercado, patrão, estagiário e experiência),¹² como também palavras que expressam orientação temporal

12. Há três trechos, na classe azul, com falas de pessoas que trabalharam durante a adolescência em tempo parcial. Em todos estes, o termo refere-se à experiência de trabalho adquirida em estágios.

prospectiva e vinculada à estabilização de rotinas (iniciar, formação, processo, rotina e aprender). Esse padrão de discurso aponta, portanto, para um tipo de trabalho juvenil envolvido com a organização das práticas, no sentido de uma trajetória de vida planejada, que articula escolarização formal e inserção do mundo do trabalho. Tudo isso é compatível com as considerações no âmbito das teorias do curso de vida, visitadas na seção de revisão deste trabalho. Lembre-se de que tais estudos argumentam a existência de um tipo de trabalho juvenil correlato à organização do uso do tempo, tendo-se em vista objetivos de longo prazo, em ambiente institucional racionalizado, conformado por mercado de trabalho e sistema de ensino.

A fim de certificar essas interpretações, é possível identificar, no *corpus* textual analisado, frases em que ocorrem as palavras associadas a cada classe. Essa é uma possibilidade de acessar mais de perto a pertinência das proposições feitas no parágrafo anterior, a respeito dos padrões discursivos que a classificação hierárquica descendente identificou. A palavra “medo”, embora não seja uma das mais fortemente associadas à classe azul, é de interesse interpretativo, pelo seu forte valor emocional e afetivo. Estaria essa palavra ocorrendo para designar o medo (da condição de penúria, da imposição intransigente dos pais, ou de qualquer outra circunstância desse tipo) enquanto motivação para o trabalho juvenil? A seguir, leem-se trechos vinculados à classe azul nos quais aparece a palavra “medo”. Entre parêntesis, estão o código da entrevista e a categoria de trabalho juvenil atribuída ao entrevistado.

No início, foi adolescente, 15 anos, né? Sentia um pouco de *medo* dessas novidades, de não agradar, porque era um espaço novo pra mim, o espaço do trabalho; eu nunca tinha trabalhado, então pra mim causou um certo receio (104124. Adolescência parcial).

tanto eu como meu irmão e minha irmã, então tudo isso foi numa escola só. E foi bastante positivo assim pra gente, né? Porque isso aumentou mais a nossa aproximação com a escola e principalmente com os professores, né? Então, tive professores ótimos, não apenas na parte de humanas, como também na parte de exatas dentro da escola; então, era também uma escola bastante disciplinada, né? A gente tinha o maior *medo* da diretora, porque ela era bastante disciplinada, então foi algo assim (113121. Infância parcial).

É importante lembrar que a associação entre as classes lexicais e as categorias de trabalho juvenil não são exclusivas, mas de caráter estatístico. A classe azul está associada ao trabalho em tempo parcial durante a adolescência, mas há, nessa classe de discurso, falas de pessoas que experimentaram outros regimes de trabalho juvenil. É o que acontece com o segundo trecho da entrevista transcrita antes do parágrafo, de uma pessoa que

trabalhou durante a infância em tempo parcial. Frases da classe azul são relativamente mais frequentes entre aqueles que trabalharam em tempo parcial durante a adolescência, mas não exclusivas desses entrevistados.

Voltando-se à questão interpretativa, percebe-se que na primeira fala a palavra “medo” não designa circunstâncias que tenham imposto por força o trabalho juvenil, mas sim um desafio pedagógico, diante de “novidades” apresentadas pelo mundo do trabalho. No segundo trecho, o vocábulo tampouco expressa relação de temor diante de circunstâncias que tenham forçado ingresso precoce no mundo do trabalho. O “medo” em questão expressa a intimidação diante de uma figura disciplinadora, marcante na trajetória escolar do entrevistado. A seguir, leem-se outros três trechos significativos, em que ocorrem palavras associadas à classe azul, destacadas em itálico:

Entrevistada: Eu comecei a trabalhar com 15 anos como *estagiária*, bolsista de nível médio no Banco do Nordeste, né? Que era... Eu fazia *ensino* médio e era bolsista.

Entrevistador: E o que te motivou a buscar esse trabalho?

Entrevistada: Bom, primeiro, pra ajudar na minha casa, a minha mãe, a minha família; segundo, eu queria uma certa autonomia, independência. Assim, começar a me inserir no *mercado* de trabalho (104124. Adolescência parcial).

Ah, foi assim que eu *aprendi* a me comportar, né? Em outros espaços, e não na *escola* e nem em casa, né? Regras, né? Que você tem que *aprender* pra se manter no *mercado*; *cumprir* horário, fui *aprendendo* mesmo a passar por essas experiências como estagiária (104124. Adolescência parcial).

Meu dia era muito... Era como qualquer criança... Aos 14 anos, eu comecei a trabalhar. Eu vim de uma família de quatorze irmãos, certo? E meu pai morava na zona rural, mas tinha uma casa na cidade onde a gente ficava de segunda a sábado, porque estudava, entendeu? E aí, depois, ele preferiu alugar a casa e comprou um “carrozinho” (sic) velho, uma kombizinha velha, pra levar a gente pra escola. A gente morava na zona rural, [a] 4 km da cidade. Aí levava. Tinha dia que não tinha nem dinheiro pra botar gasolina, era aquela dificuldade só. Mas, mesmo assim, ele conseguia, apesar de tudo e de todos, abaixo de Deus e acima dos homens, consegui colocar os quatorze filhos, dar a educação toda necessária que precisa[va]mos, todos estudaram; alguns fizeram faculdade, outros, não (104124. Adolescência parcial).

A primeira fala narra uma experiência de estágio. É nítida, nesse caso, a articulação entre a continuidade da trajetória escolar e o investimento no preparo, através do

trabalho juvenil, para uma inserção qualificada no mercado de trabalho. Certo nível de carência econômica não deixa de dar à atividade um propósito de complementação da renda familiar, mas essa urgência não vai de encontro, e sim ao encontro, do pensamento de longo prazo sobre o futuro profissional. O segundo trecho, por sua vez, salienta o caráter pedagógico da experiência laboral durante a adolescência. A entrevistada destaca a relevância da dimensão comportamental para a inserção no mundo do trabalho e nota que o estágio profissional contribuiu para esse aprendizado de um modo que sua escola, apenas, não teria contribuído. Na última fala, percebe-se referência a uma situação de maior arrocho financeiro. Tal referência, inclusive, imprime dramaticidade à narrativa. Com esse tom emotivo, a entrevistada expressa admiração e gratidão pelo esforço feito por sua família para sustentar o investimento de tempo na escolarização formal, até mesmo diante das dificuldades de ordem econômica. O trabalho juvenil surge, aqui, um contexto de sinergias para garantir uma trajetória de vida com orientação prospectiva.

Seguindo adiante, a distinção entre as classes verde e vermelha deve ser algo mais sutil. Estas se distinguem menos entre si do que ambas diante da classe azul e estão associadas ao trabalho juvenil de maneira geral, exceto pelo praticado na infância em tempo parcial. Estão, portanto, associadas a formas de trabalho que, de acordo com a análise quantitativa realizada aqui, implicam prejuízos semelhantes no que tange à renda durante a vida adulta. Com efeito, observando-se o gráfico 2, o léxico das classes verde e vermelha não sugere tão claramente distinção semântica, como é o caso para a classe azul. Ainda assim, o escrutínio aponta para diferenças substantivas.

Na classe verde, estatisticamente associada ao trabalho infantil em tempo parcial, nota-se a presença marcante das palavras “infância”, “brincar” e “tranquilo”, cuja tendência é a de referirem-se a uma vida infantil com espaço para atividades lúdicas e de desporto. Também compõem essa classe termos que designam outros significativos, como “gente”, “irmãos” e, com uma associação não tão forte, “mãe”. Ao que parece, trata-se aqui com um padrão discursivo que designa a relevância de relações de cuidado afetivo durante a infância; algo que a leitura das narrativas confirma. A seguir, são apresentados excertos das entrevistas em torno dos segmentos incluídos na classe verde. Em itálico, estão as palavras que foram computadas como características dessa classe discursiva.

A gente nunca teve assim, muito brinquedo bacana, esses brinquedos que nem é hoje, essas coisas bacanas, mas minha infância foi assim... Muito alegre, né? Assim... Eu brincava muito, eu sempre fui muito de brincar (105102. Infância parcial).

Então, a *gente* sentava, conversava, ela ia explicando uma coisa ou outra, ela sempre foi muito aberta com a *gente*, transparente. Então, não tinha, assim, não tinha coisa escondida (105105. Infância integral).

Entrevistador: Então, se tu fosse avaliar tua vida, assim, na infância, era uma vida apertada, né?

Entrevistado: *Sofrida! Sofrida*, de miséria, de fome... às vezes, pra *gente* não morrer de fome, a *gente* tinha de correr atrás: “fulano, tu vai pra esse lado aqui, o outro vai pra cá... Um vai buscar a coisa na roça, o outro vai buscar melancia, outro vai pegar macaxeira, pegar melão, aí o outro vai atrás de *comida*.” A *gente* não deixava só nas costas do meu pai porque a carga era muito pesada pra ele. Então, quando a *gente* conseguia conciliar aquela parte ali, não ficava totalmente pesado pra ele. Roupas, a *gente* tinha de... vamo (sic) supor: pra *gente* estudar, a *gente* tinha que revezar; os que estudavam de manhã, por incrível que pareça, todos eram quase do mesmo tamanho, né? Tudo era magro. Mas, no caso, se fosse gordo, aquele que estudava de manhã, na tarde o outro ia usar a roupa desse que estudava de manhã.

Entrevistador: Entendi... A mesma estrutura física.

Entrevistado: É. Era tão precário que a *gente* tinha que fazer isso. Lápis, um lápis desse você tinha de cortar no meio pra poder estudar. Meu pai nunca deixou de dar os estudos pra *gente*; nós tinha o horário de ir pra roça, tinha o horário de ir pra educação física, de ir pra aula, entendeu? Tudo era programadinho mesmo. (113111. Infância parcial).

Entrevistador: Sim. E como era o clima na tua casa? Era mais *tranquilo* ou era mais conturbado?

Entrevistado: Eu diria que era muito *tranquilo*. *Tranquilo*. Agitação mais era nós, como eram onze *irmãos*, provocávamos esse clima, né? Um chegava mais tarde, outro, outro não sei o que, procura um, procura outro. Mas do ponto de vista da *família*, eu diria que era muito *tranquilo*, muito bom, muito saudável (106117. Infância parcial).

É, que eu saiba, era só minha mãe que cuidava dos meus irmãos, de nós. Daí eu lembro que teve uma época que ela trabalhou fora também, mas, por pouco tempo, nesse período, quem cuidava de mim e da minha irmã, porque eu sou a mais nova, eram os meus irmãos mais velhos; então, nunca teve alguém que ela pudesse pagar pra ficar com a gente, sempre era a gente mesmo. E os responsáveis sempre os mais velhos. (113127. Infância parcial).

A diferença com relação às narrativas que caracterizam a classe azul é patente. Não há, nessas falas, referência ao trabalho juvenil enquanto integrando um plano prospectivo de vida. Em nenhum momento, essa prática assume a conotação de experiência pedagógica, válida para articular a escolarização formal com novos aprendizados

adquiridos mediante a experiência laboral. Antes, o trabalho juvenil aparece sempre como um sacrifício. Mas, o que é muito importante, esse sacrifício conta com direção afetiva. Ele é sempre inserido em relações de cuidado. Há um sentido de comunhão, mostrando que – embora imposto pela necessidade – o trabalho ocorre como prática de cuidado mútuo. De maneira geral, as narrativas pintam uma infância difícil, mas ainda assim uma infância, na qual há sentimento de proteção e confiança nos entes familiares.

A classe vermelha é diferente. Nota-se, nesse caso, uma referência muito mais frequente ao fato, em si, de “começar a trabalhar”. Ainda, o vocabulário volta-se para as recompensas imediatas da inserção no mundo do trabalho e parece designar um caráter definitivo para essa inserção, como se vê pelos termos “dinheiro”, “salário” e “assinar” [a carteira de trabalho]. Na verdade, esse padrão de discurso situa esse ingresso mais duro no mercado de trabalho em contextos de desamparo ou fragilização, no que se refere aos laços de proteção familiar e, ainda, de destituição da infância. As falas a seguir permitem aclarar esses aspectos:

Bom, comecei a *trabalhar* cedo, por *necessidade*. Com 10 anos de idade, *comecei a trabalhar*, pra ajudar em casa, né? Porque antigamente a gente tinha que dar o *dinheiro* pros pais; não é igual agora, né? *Trabalho* mesmo por *necessidade* (117123. Infância integral).

Entrevistado: Eu terminei o segundo grau. Mas, na realidade, quando eu *comecei a trabalhar* e a estudar, eu rodei, porque eu dormia na aula, né? Eu acredito que uma criança de 13 anos não consegue conciliar o serviço com *trabalho*, né? Tanto que meu pai dizia: ah, quem sabe a gente tira ele, né? E eu não, não quero, depois que tu se acostuma com o teu *dinheiro*, né? Tu não quer mais depender dos pais. E aí, na sétima série, eu rodei de tão cansado, né? (116125. Infância parcial).

(...) a minha mãe teve vinte filhos. Então, ela me deu pra minha avó, e ela me trouxe pra cá, só que eu ia e voltava, porque a casa aqui era alugada, e a gente ia e voltava. Quando ela me deixava lá, era muito difícil pra mim, e quando eu vinha pra cá, era pra *trabalhar*. Com 11 anos, já fui *trabalhar* em casa de família, em *fábrica* de castanha, né? Saía 5 horas da manhã, chegava em casa 8 horas da noite; não tinha tempo nenhum pra estudar e não tinha essa chance que tem hoje de estudar à noite, não. Naquele tempo, ou era de manhã ou era de tarde, né? Aí, eu sou de 1935, aí 1940, por aí, não tinha. E aí eu *trabalhava* na *fábrica*, né? Pra ajudar, eu, minha vó e minha tia. E daí saí novamente pra casa de família, aí fui *trabalhar* no Juliano Moreira, e aí fui e me *casei*. Me *casei* pra melhorar, mas aí piorou tudo” (114105. Infância integral).

Na primeira fala, o trabalho juvenil aparece como uma forma de “ajudar” nas despesas domésticas. Muito embora esse sentido de ajuda possa sugerir aproximação ao que se viu na classe verde, há aqui um sentido muito mais forte de coerção. Nesse padrão de discurso, a coerção é remetida mais estritamente às circunstâncias econômicas diante das

quais o trabalho juvenil aparece como reação, em contexto de comunhão com a família. Aqui, a ideia de coerção ao trabalho designa também as próprias relações familiares: “tinha que dar o dinheiro pros pais”.

O segundo trecho narra claramente a opção pela renda no curto prazo em detrimento do investimento de longo prazo nos estudos. Os laços com a família são designados como representando, já na infância, condição de dependência indesejada. Embora haja menção a certa oposição do pai ao trabalho infantil, prevalece a percepção do entrevistado de que a dependência com relação aos pais é algo muito pouco tolerável. É interessante que, nesse caso, o entrevistado não aponte para situações de pauperismo que imponham o trabalho infantil. O que ele enfatiza é uma valorização da independência financeira precoce, refratária ao papel da família como núcleo de apoio para o investimento, em um plano de longo prazo para a inserção profissional.

Na terceira fala, observa-se situação de extremo desamparo. Há mobilização da rede familiar mais extensa (avó e tia) para tentar dar conta das dificuldades financeiras. Muito interessante notar: essa mobilização é descrita menos em termos de integração de laços do que de ruptura: “ela [minha mãe] me deu pra minha vó”. A mobilização de laços na rede de proteção da família extensa vem, assim, na contrapartida do rompimento de laços com a família nuclear. Por sua vez, os laços mobilizados com a família extensa são rotineiramente afrouxados pela estadia em outras casas, na tradicional condição simultânea de empregada doméstica e agregada. Por fim, um casamento parece surgir como tentativa malograda de constituir uma nova família nuclear que ofereça proteção e cuidado afetivo. Na sequência, são apresentados trechos que trazem novos elementos para essas reflexões:

Ah, a gente ia nas portas, né? E pedia “tá precisando de alguém aí?”. Às vezes o cara olhava assim: “quer *trabalhar* mesmo? Sabe fazer o que?” “Posso ser ajudante...”. Nessa *fábrica* de sapatos mesmo, eu falei “não tem vaga aí não, moço?” Essa foi a primeira *fábrica* que eu *trabalhei*, eu tinha 13 anos. Na minha época, você *trabalhava*, ele *assinava* carteira, e você ganhava meio *salário*; hoje em dia, o menor ganha *salário* de maior, né? Na época, a gente só ganhava meio *salário*. Nessa *fábrica* mesmo, eu fui, ele *assinou* [a] carteira para mim, eu *trabalhei* três meses lá. (109113. Infância integral).

Eu *comecei* [quando] eu tinha 17 anos, quando eu *comecei* na *empresa* [de facção de roupas], assim por *necessidade* mesmo de ter que *trabalhar* pra se manter; eu sai, eu vim *morar* com a minha *avó*. Tinha 7 anos aí, e a minha *avó* ficou viúva *cedo*, e, além de mim, ela criou mais outros netos; aí foi chegando um tempo que ela não podia me dá (sic) o que eu precisava; aí foi quando eu *comecei*, arranjei o meu primeiro emprego “numa” casa. *Comecei* na verdade com a minha tia, depois consegui outra empresa de facção, [*comecei*] na *empresa* com 17 anos. (104129. Adolescência integral).

E meu pai *morreu*, eu tinha 9 anos; de lá pra cá [foi] que a vida da gente não teve muito sossego, né? Não foi aquela coisa boa, não; a gente *sofreu* muito. Até passar *necessidade*. Então fez com que eu, com 13 anos, já fosse *adulto*, né? Imagine você, eu tive que antecipar tudo; eu pulei da fase de criança pra fase da adolescência, quem disse? Minha fase de adolescência, eu tenho um sentimento disso, eu tive que ser *adulta*; com 13 anos, eu tinha que *trabalhar*, estudar e ainda ajudar minha mãe dentro de casa. Eu tinha que ter responsabilidade como *adulta*. Então, eu fui antecipando tudo (109119. Infância parcial).

Essas falas expressam muito bem um contexto de destituição da infância. Veja-se como o primeiro entrevistado rememora o que seria uma interlocução típica com possíveis empregadores: “Quer trabalhar mesmo”? seria uma pergunta costumeira dos contratantes. Essa frase conota que o trabalho será, como se diz em linguajar comum, para valer, que não serão feitas muitas considerações especiais pelo fato de tratar-se de pessoa menor de idade. É esse o contexto de trabalho juvenil que a primeira fala delinea, um que não transigiria em suas cobranças e exigências.

A segunda fala vai no mesmo sentido, narrando a inserção direta em uma empresa de manufatura. Um segundo aspecto chama atenção: o grupo familiar sofre um choque pela morte de um provedor. A entrevistada afirma que o avô morreu cedo demais. Assim, a rede de proteção da família mais extensa, que lhe era muito relevante, perde capacidade de guarita, desamparando a entrevistada e tornando impositivo o trabalho juvenil. Na terceira fala, é a morte do pai que, desprovendo financeiramente a família nuclear, fez do trabalho infantil uma necessidade. Muito interessante: a entrevistada imprime dramaticidade à situação recorrendo à ideia de antecipação. A condição de adulta foi-lhe antecipada, ela afirma. Fica muito claro o sentido de destituição da infância.

Diante disso, a quarta hipótese deste estudo (de que a cada um dos quatro tipos de trabalho juvenil considerados corresponde um padrão discursivo diferente) é parcialmente aceita. Há três padrões discursivos: um associado ao trabalho durante a adolescência em tempo parcial, um identificado ao trabalho durante a infância em tempo parcial e um terceiro, associado ao trabalho juvenil em tempo integral, tanto na infância quanto na adolescência.

5 DISCUSSÃO

Tendo-se em vista a exposição dos resultados apresentados anteriormente e observando-se novamente o gráfico 3, pode-se dizer que o primeiro fator na aplicação da análise hierárquica descendente (eixo horizontal do gráfico) diz respeito à orientação pedagógica e à racionalidade de longo prazo, enquanto o segundo fator (eixo vertical) concerne a relações de cuidado afetivo. As três classes de discurso distinguidas por esses dois eixos de classificação correspondem a diferentes semânticas sobre o trabalho juvenil: *i*) uma semântica pedagógica na classe azul; *ii*) uma semântica do sacrifício na classe verde; e *iii*) uma semântica do desamparo na classe vermelha. Em que medida essas três semânticas, levando-se em conta também os resultados da análise dos dados quantitativos, identificam e, sobretudo, tornam compreensíveis diferentes padrões de trabalho juvenil?

A semântica pedagógica descreve um padrão de práticas que integra uma planificação do curso de vida. Esta está vinculada ao trabalho durante a adolescência em tempo parcial, que, de acordo com a análise quantitativa, não se associa a problemas de realização educacional e nem a menores níveis de renda durante a vida adulta. Por seu turno, as outras duas classes apontam para diferenciação mais sutil. Note-se que a análise quantitativa indica a semelhança entre as categorias de trabalho juvenil que não a da adolescência em tempo integral: em todos os casos, há desvantagens equiparáveis em termos de renda durante a vida adulta, sendo que – para o trabalho durante a infância, sobretudo em regime integral – essas perdas são bastante agravadas por prejuízos educacionais. Contudo, os discursos apontam para diferença substantiva em termos da orientação das práticas.

Mais associado ao trabalho durante a infância em tempo parcial, aparece um tipo de discurso que enfatiza relações de cuidado afetivo. É notável que, tanto na classe verde quanto na vermelha, há enfáticas referências à privação econômica como motivação para o trabalho juvenil. Contudo, na classe verde nota-se também a ênfase nas relações de cuidado afetivo. O trabalho surge como um sacrifício de tempo e energias em nome do cuidado mútuo. A ideia mesma de uma infância, marcada por sentimentos de proteção, parece preservada. Algo que não ocorre com a classe vermelha, em que a ênfase na privação econômica é acompanhada por noção de desamparo, de destituição da própria condição infantil, dada a fragmentação da rede familiar de proteção. Em algumas narrativas, essa fragmentação parece função da fragilidade mesma dos laços de cuidado afetivo, ou então de definição cultural do trabalho infantil como algo aceitável ou até mesmo desejável.

Em outras narrativas, a fragmentação surge como efeito de choques, com destaque para a perda de outros significativos que ocupavam a posição de provedor material. Nesses casos, a falta de recursos econômicos para absorver tal perda faz do desamparo material ocasião também para a deterioração das próprias relações de proteção, acarretando a destituição precoce da infância e da adolescência.

A análise quantitativa sugere que essas diferenças de orientação na prática do trabalho juvenil – identificadas pela distinção entre as classes discursivas verde e vermelha, a partir do segundo eixo fatorial – não estão, por sua vez, relacionadas a diferenças nos impactos sobre a condição socioeconômica futura. À parte o trabalho realizado durante a adolescência em tempo parcial, o trabalho juvenil está, de maneira geral, associado a desvantagens substantivas de renda durante a maioridade. Isso quer dizer que as diferenças na orientação das práticas, captadas pela semântica dos discursos, são irrelevantes do ponto de vista prático? Provavelmente não.

Estratégias de combate ao trabalho juvenil em condições inapropriadas podem contar com as redes de proteção já existentes, sobretudo no meio familiar. O que os resultados aqui apresentados sugerem é que existem situações em que essas redes são mais resilientes aos estresses provocados pela privação econômica. Não resilientes no sentido de evitarem o trabalho precoce e seus prejuízos sobre a trajetória escolar e profissional, mas na concepção de preservarem orientação de cuidado afetivo nas relações familiares. Em outras situações, a rede de proteção não se rompe.

Políticas públicas devem levar em conta um diagnóstico a respeito dessas situações, já que estas devem afetar a capacidade e os modos de resposta das famílias às metodologias de intervenção adotadas. É importante notar também que determinada família muda sua situação ao longo do tempo. Neste estudo, há falas de um mesmo entrevistado que se enquadram em semânticas diferentes. Uma mesma pessoa narra um ambiente de proteção que, contudo, se rompe a partir de determinado evento, como a perda de provedor na família. A partir da explicitação desse evento como ponto de inflexão na sua trajetória de vida, o entrevistado passa a narrar situação de desamparo e destituição da infância. Uma excelente pergunta a fazer – do ponto de vista das políticas públicas – é se, a partir desse rompimento, uma família preserva a mesma capacidade de responder a intervenções que visem facilitar, com base em estratégias de apoio e orientação, o acesso a políticas de garantia de renda já existentes. Sendo a privação econômica um motivador comum às semânticas do sacrifício e do desamparo, a atenuação dessa fonte de estresse

tem o mesmo potencial modificador perante diferentes padrões de relação de cuidado mútuo, de interdependência entre os entes familiares? Em um caso, o relativo alívio do estresse da privação econômica pode liberar estratégias de autorresgate. No outro, pode não surtir esses efeitos, por estarem os laços de proteção fragilizados ou rompidos.

6 CONCLUSÃO

Os resultados aqui discutidos mostram que o trabalho juvenil no Brasil se distribui em padrões qualitativamente distintos. Em parte, essa distinção responde ao padrão desigual de desenvolvimento econômico e social, como se pressentiu na introdução deste trabalho. Com efeito, encontrou-se um tipo de trabalho juvenil que não está associado a menores níveis de renda durante a vida adulta. Mais ainda, a análise de dados qualitativos mostrou que, a esse mesmo tipo, o trabalho realizado durante a adolescência em tempo parcial, está associado um padrão discursivo que denota intencionalidade pedagógica, voltada para uma transição planejada entre escola e vida laboral. Há, no Brasil, portanto, esse tipo de trabalho juvenil que as pesquisas têm localizado tipicamente em países mais avançados. Sua expressão demográfica, contudo, parece ser discreta. Do total de pessoas que praticaram trabalho juvenil, de acordo com a amostra da PDSD, apenas algo entre 8% e 11% trabalharam durante a adolescência em tempo parcial.¹³ O trabalho juvenil de caráter pedagógico é, portanto, algo próprio a um grupo relativamente restrito de famílias mais bem integradas ao mercado de trabalho qualificado.

Por sua vez, existe o trabalho juvenil associado a consideráveis desvantagens de renda durante a maioridade. Esses prejuízos são em parte mediados por perdas educacionais, mas não totalmente. Encontra-se ainda uma relação “direta” entre trabalho juvenil e menores níveis de renda na vida adulta. Conquanto a metodologia aqui utilizada não permita dizer que se trate rigorosamente de impactos diretos do trabalho juvenil sobre a renda das pessoas no futuro, revela-se que essa prática está, pelo menos, associada a uma síndrome mais ampla de carências que comprometem a trajetória socioeconômica. É o caso, portanto, de um tipo de trabalho juvenil comum entre a maioria dos brasileiros que se encontram na base da pirâmide social.

13. Essas cifras e as próximas apresentadas nesta conclusão partem das proporções amostrais apresentadas na tabela 1, aplicando-se os pesos proporcionais e considerando-se intervalo de confiança de 95% para as estimativas.

É importante, contudo, notar que há diferenças qualitativas nessa base. Encontrou-se, associado ao trabalho infantil em tempo parcial, um padrão discursivo que denota a resiliência dos laços de cuidado afetivo que existem no seio da família nuclear e da família mais extensa. Segundo a amostra da PDSD, de todos os que trabalharam antes dos 18 anos de idade, algo entre 16% e 20% o fizeram em regime de tempo parcial durante a infância. Essas cifras indicam que porção expressiva do trabalho juvenil ocorre contextualizado por relações de cuidado afetivo que podem ser favoráveis a intervenções, com vista à reversão dos quadros de desigualdade social.

Finalmente, como recomendações para estudos futuros, destaca-se a necessidade de levantamentos de caráter longitudinal, que permitam reconstrução mais acurada das transições entre escola e trabalho. Além disso, afirma-se a importância de estudos qualitativos, com vista a uma compreensão contextualizada sobre o trabalho juvenil. Este estudo deixa claro que essa prática ocorre em diversos contextos de cuidado – ou de não cuidado – afetivo e que existem, para esta, diferentes orientações tanto morais quanto pragmáticas.

REFERÊNCIAS

- AKABAYASHI, H.; PSACHAROPOULOS, G. The trade-off between child labor and human capital formation: a Tanzanian case study. **Journal of Development Studies**, v. 35, n. 5, p. 120-140, 1999.
- ALVES-MAZZOTI, A. J. Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 87-98, jan./fev./mar./abr. 2002.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAZON, M. R. Dinâmica e sociabilidade em famílias de classes populares: histórias de vida. **Paidéia: cadernos de psicologia e educação**, v. 10, n. 18, p. 40-50, jul. 2000.
- BEEGLE, K.; DEHEJIA, R.; GATTI, R. **Why should we care about child labor?** The education, labor market, and health consequences of child labor. Cambridge, MA: NBER, 2004. (NBER Working Paper, n. 10980). Disponível em: <<https://goo.gl/E97Z11>>.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança. **Temas em Psicologia**, v. 5, n. 3, p. 33-49, 1997.
- BOOZER, M.; SURJ, T. **Child labor and schooling decisions in Ghana**. New Haven: Yale University, 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/d8Wbu1>>.

DILLON, A. Child labor and schooling responses to production and health shocks in northern Mali. **Journal of African Economies**, v. 22, n. 2, p. 276-299, 2013.

EDMONDS, E. V.; PAVCNIK, N. Child labor in the global economy. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 1, p. 199-220, 2005.

EMERSON, P. M.; SOUZA, A. P. **From childhood to adulthood**: the effect of child labor activities on adult earnings in Brazil. Nashville: Department of Economics/Vanderbilt University, 2002. (Working paper). Disponível em: <<https://goo.gl/y3UPim>>.

_____. Is child labor harmful? The impact of working earlier in life on adult earnings. **Economic Development and Cultural Change**, v. 59, n. 2, p. 345-385, 2011.

GUNNARSSON, V.; ORAZEM, P. F.; SÁNCHEZ, M. A. Child labor and school achievement in Latin America. **The World Bank Economic Review**, v. 20, n. 1, p. 31-54, 2006.

HEADY, C. The effect of child labor on learning achievement. **World Development**, v. 31, n. 2, p. 385-398, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/fVR91u>>.

HECKHAUSEN, J.; TOMASIK, M. J. Get an apprenticeship before school is out: how German adolescents adjust vocational aspirations when getting close to a developmental deadline. **Journal of Vocational Behavior**, v. 60, n. 2, p. 199-219, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/B5KzBU>>.

ILO – INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. International Programme on the Elimination of Child Labor. **Child labor**: a textbook for university student. Geneva: ILO, 2004.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Radiografia do Brasil Contemporâneo (RBC)**. Brasília: Ipea, 2016.

KRUGER, D. **The effects of economic opportunities on child work and schooling**. 2003. (Ph.D. Dissertation) – University of Maryland, College Park, Aug. 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/esDrO4>>.

KRUGER, D.; SOARES, R.; BERTHELON, M. **Household choices of child labor and schooling**: a simple model with application to Brazil. Bonn: IZA, 2007. (Discussion Paper, n. 2776). Disponível em: <<https://goo.gl/fUXJTU>>.

MARE, R. D. Change and stability in educational stratification. **American Sociological Review**, v. 46, n. 1, p. 72-87, Feb. 1981.

MYERS, M. J. U. A Big Brother: new findings on how low-income fathers define responsible fatherhood. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 34, n. 3, p. 253-264, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/UGLUkb>>.

PATRINOS, H. A.; PSACHAROPOULOS, G. Family size, schooling and child labor in Peru: an empirical analysis. **Journal of Population Economics**, v. 10, n. 4, p. 387-405, 1997. Disponível: <<https://goo.gl/sMMMyTR>>.

PRAWITZ, A. D.; KALKOWSKI, J. C.; COHART, J. Responses to economic pressure by low-income families: financial distress and hopefulness. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 34, n. 1, p. 29-40, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/vmqGaN>>.

PSACHAROPOULOS, G. Child labor versus educational attainment some evidence from Latin America. **Journal of Population Economics**, v. 10, n. 4, p. 377-386, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/PfL0h1>>.

RAVALLION, M.; WODON, Q. Does child labor displace schooling? Evidence on behavioural responses to an enrollment subsidy. **The Economic Journal**, v. 110, n. 462, p. 158-175, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/y7kS70>>.

REINERT, M. Une méthode de classification descendante hiérarchique: application à l'analyse lexicale par contexte. **Les Cahiers de l'Analyse des Données**, v. 8, n. 2, p.187-198, 1983.

SHANAHAN, M. J.; PORFELLI, E. Integrating the life course and life-span: formulating research questions with dual points of entry. **Journal of Vocational Behavior**, v. 61, n. 3, p. 398-406, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/C0ZaMv>>.

STAFF, J.; MORTIMER, J. T. Educational and work strategies from adolescence to early adulthood: consequences for educational attainment. **Social Forces**, v. 85, n. 3, p. 1169-1194, 2007.

TREIMAN, D. J. **Quantitative data analysis: doing social research to test ideas**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

WARREN, J. R. Reconsidering the relationship between student employment and academic outcomes a new theory and better data. **Youth & Society**, v. 33, n. 3, p. 366-393, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/hxgylF>>.

WARREN, J. R.; LEE, J. C. The impact of adolescent employment on high school dropout: differences by individual and labor-market characteristics. **Social Science Research**, v. 32, n. 1, p. 98-128, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/srFxy1>>.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory econometrics: a modern approach**. Chula Vista: South Western – Cengage Learning, 2013.

ZIMMER-GEMBECK, M. J.; MORTIMER, J. T. Adolescent work, vocational development, and education. **Review of Educational Research**, v. 76, n. 4, p. 537-566, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/bAaeNo>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EMERSON, P. M.; SOUZA, A. P. Is there a child labor trap? Intergenerational persistence of child labor in Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, v. 51, n. 2, p. 375-398, 2003.

JUHN, C.; MURPHY, K. M.; PIERCE, B. Wage inequality and the rise in returns to skill. **Journal of Political Economy**, v. 101, n. 3, p. 410-442, 1993. Disponível em: <<https://goo.gl/vGb3mw>>.

STONE III, J. R.; MORTIMER, J. T. The effect of adolescent employment on vocational development: public and educational policy implications. **Journal of Vocational Behavior**, v. 53, n. 2, p. 184-214, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/sCTw58>>.

APÊNDICE A

TABELA A.1
Razões de chance de concluir o ensino primário

Observações			3119
Pseudo R2			0.18
Indicador	Razão de chances	Erro- padrão	Significância estatística
Adolescência integral	0.813	0.174	0.33
Adolescência parcial	1.202	0.539	0.68
Infância integral	0.250	0.045	0.00
Infância parcial	0.657	0.155	0.07
Faixa etária			
30 a 34	0.749	0.238	0.37
35 a 39	0.703	0.217	0.25
40 a 44	0.602	0.184	0.10
45 a 49	0.447	0.138	0.01
50 a 54	0.210	0.064	0.00
55 a 60	0.241	0.074	0.00
Urbana	3.264	0.461	0.00
Sudeste	3.271	0.514	0.00
Sul	2.963	0.552	0.00
Centro-Oeste	2.250	0.706	0.01
Homens	1.029	0.142	0.83

Elaboração do autor

TABELA A.2
Razões de chance de concluir o ensino fundamental

Observações			2662
Pseudo R2			0.08
Indicador	Razão de chances	Erro- padrão	Significância estatística
Adolescência integral	0.698	0.099	0.01
Adolescência parcial	1.084	0.273	0.75
Infância integral	0.339	0.052	0.00
Infância parcial	0.436	0.077	0.00
Faixa etária			
30 a 34	0.909	0.199	0.66
35 a 39	0.519	0.108	0.00
40 a 44	0.574	0.115	0.01
45 a 49	0.468	0.097	0.00
50 a 54	0.358	0.076	0.00
55 a 60	0.301	0.070	0.00
Urbana	2.925	0.450	0.00
Sudeste	1.173	0.161	0.24
Sul	0.948	0.141	0.72
Centro-Oeste	1.590	0.388	0.06
Homens	0.963	0.105	0.73

Elaboração do autor

TABELA A.3
Razões de chance de concluir o ensino médio

Observações			1786
Pseudo R2			0.04
Indicador	Razão de chances	Erro- padrão	Significância estatística
Adolescência integral	0.770	0.132	0.13
Adolescência parcial	0.940	0.249	0.82
Infância integral	0.331	0.069	0.00
Infância parcial	0.582	0.135	0.02
Faixa etária			
30 a 34	1.128	0.263	0.61
35 a 39	0.955	0.230	0.85
40 a 44	0.792	0.177	0.30
45 a 49	0.766	0.185	0.27
50 a 54	1.449	0.421	0.20
55 a 60	1.220	0.395	0.54
Urbana			
Sudeste	1.241	0.207	0.20
Sul	0.823	0.154	0.30
Centro-Oeste	1.217	0.344	0.49
Homens	0.702	0.098	0.01

Elaboração do autor

TABELA A.4
Razões de chance de ingressar no ensino superior

Observações			1316
Pseudo R2			0.05
Indicador	Razão de chances	Erro- padrão	Significância estatística
Adolescência integral	0.617	0.105	0.01
Adolescência parcial	1.022	0.253	0.93
Infância integral	0.358	0.098	0.00
Infância parcial	0.499	0.128	0.01
Faixa etária			
30 a 34	1.446	0.356	0.13
35 a 39	1.465	0.357	0.12
40 a 44	2.004	0.470	0.00
45 a 49	1.605	0.411	0.07
50 a 54	2.130	0.580	0.01
55 a 60	3.246	0.971	0.00
Urbana			
Sudeste	1.780	0.323	0.00
Sul	2.327	0.492	0.00
Centro-Oeste	1.167	0.347	0.60
Homens	0.785	0.112	0.09

Elaboração do autor

TABELA A.5
Razões de chance de conclusão do ensino superior

Observações			529
Pseudo R2			0.03
Indicador	Razão de chances	Erro- padrão	Significância estatística
Adolescência integral	0.837	0.211	0.48
Adolescência parcial	0.974	0.334	0.94
Infância integral	0.549	0.277	0.23
Infância parcial	0.813	0.333	0.61
Faixa etária			
30 a 34	1.188	0.464	0.66
35 a 39	0.886	0.351	0.76
40 a 44	0.886	0.326	0.74
45 a 49	1.129	0.451	0.76
50 a 54	1.054	0.437	0.90
55 a 60	1.157	0.508	0.74
Urbana			
Sudeste	1.793	0.529	0.05
Sul	0.907	0.301	0.77
Centro-Oeste	2.170	1.120	0.13
Homens	0.840	0.180	0.42

Elaboração do autor

APÊNDICE B

TABELA B.1
Regressão dos rendimentos sem controle por educação

Observações			3.164
Variância explicada (%)			22.5
Indicador	Coefficiente	Erro-padrão	Significância estatística
Adolescência integral	-0.210	0.050	0.00
Adolescência parcial	-0.056	0.077	0.47
Infância integral	-0.301	0.053	0.00
Infância parcial	-0.242	0.061	0.00
Experiência	0.025	0.005	0.00
Experiência ²	0.000	0.000	0.00
Urbana	0.121	0.056	0.03
Sudeste	0.525	0.045	0.00
Sul	0.619	0.051	0.00
Centro-Oeste	0.653	0.077	0.00
Homens	0.428	0.035	0.00
Educação do pai			
Até primário	0.254	0.046	0.00
Até fundamental	0.411	0.045	0.00
Até médio	0.736	0.075	0.00
Até superior	1.054	0.102	0.00
Constante	5.284	0.084	0.00

Elaboração do autor

TABELA B.2
Regressão dos rendimentos sem controle por educação

Observações			3.164
Variância explicada (%)			33.3
Indicador	Coefficiente	Erro- padrão	Significância estatística
Adolescência integral	-0.156	0.046	0.00
Adolescência parcial	-0.065	0.067	0.34
Infância integral	-0.125	0.051	0.02
Infância parcial	-0.124	0.056	0.03
Experiência	0.021	0.005	0.00
Experiência ²	0.000	0.000	0.02
Urbana	0.010	0.057	0.86
Sudeste	0.438	0.043	0.00
Sul	0.592	0.048	0.00
Centro-Oeste	0.549	0.072	0.00
Homens	0.464	0.032	0.00

(Continua)

(Continuação)

Educação do pai			
Até primário	0.104	0.043	0.02
Até fundamental	0.166	0.044	0.00
Até médio	0.314	0.069	0.00
Até superior	0.478	0.099	0.00
Escolaridade			
1 ano	-0.014	0.110	0.90
2 anos	0.245	0.124	0.05
3 anos	0.095	0.108	0.38
4 anos	0.330	0.083	0.00
5 anos	0.316	0.087	0.00
6 anos	0.265	0.119	0.03
7 anos	0.282	0.110	0.01
8 anos	0.472	0.086	0.00
9 anos	0.310	0.135	0.02
10 anos	0.553	0.112	0.00
11 anos	0.685	0.083	0.00
Superior incompleto	0.983	0.096	0.00
Superior completo	1.440	0.097	0.00
Constante	4.993	0.097	0.00

Elaboração do autor

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Leonardo Moreira Vallejo

Revisão

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Alessandra Farias da Silva (estagiária)

Lilian de Lima Gonçalves (estagiária)

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza (estagiário)

Paulo Ubiratan Araujo Sobrinho (estagiário)

Pedro Henrique Ximendes Aragão (estagiário)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Herllyson da Silva Souza (estagiário)

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

